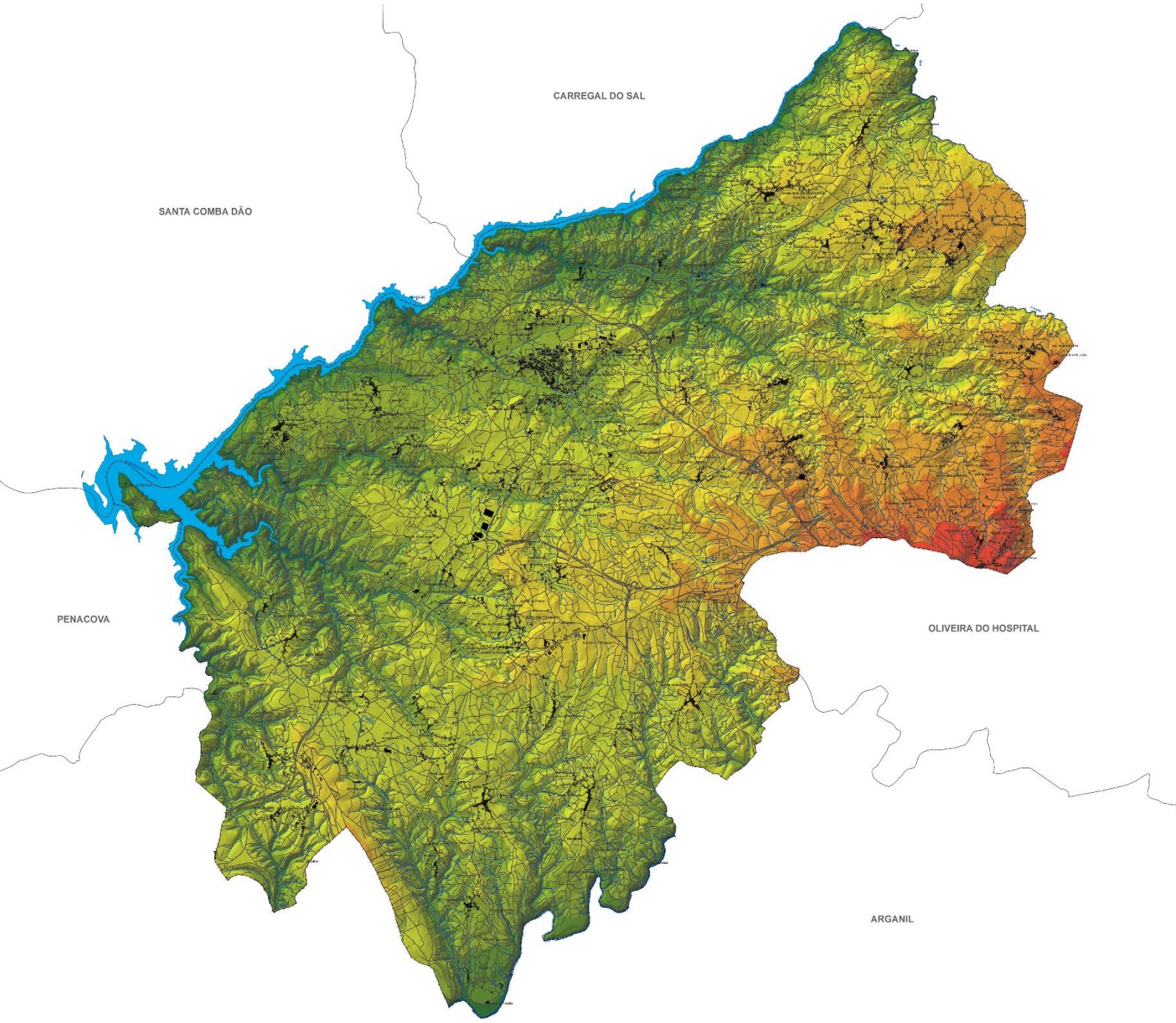

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TÁBUA

VOLUME III – FLORESTAL

JUNHO 2017

Câmara Municipal de Tábua

Lugar do Plano - Gestão do Território e Cultura

ÍNDICE

1. RECURSOS FLORESTAIS _____ *3*

1.1. OS PROF'S _____ **4**

1.2. O PROF DO PINHAL INTERIOR NORTE (PROF-PIN) _____ **5**

1.3. O TERRITÓRIO _____ **10**

1.4. SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS _____ **13**

1.5. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - FLORESTA DA BEIRA SERRA _____ **15**

1.6. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA – ALTO ALVA _____ **18**

1.7. FUNCIONALIDADES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS _____ **22**

1.8. OS ESPAÇOS FLORESTAIS _____ **25**

1.9. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL _____ **31**

1.10. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME FLORESTAL _____ **32**

1.11. RECURSOS E PRODUTOS FLORESTAIS _____ **34**

1.11.1. Caça _____ 34

1.11.2. Pesca em Aguas Interiores _____ 36

1.11.3. Silvopastorícia _____ 37

1.11.4. Turismo, recreio e Lazer _____ 38

1.11.5. Madeira e Resina _____ 39

1.11.6. Frutos Florestais, Mel e Aromáticos _____ 39

1.12. RISCO E PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO _____ **41**

2. REGULAMENTO PROF-PIN | COMPATIBILIZAÇÃO COM O PDM _____ *46*

1. RECURSOS FLORESTAIS

No âmbito da elaboração de um Plano Diretor Municipal é fundamental conhecer o território para o qual se está a elaborar a figura de ordenamento sobre o qual irá incidir. Neste campo específico de atuação, do setor florestal, é evidente a sua enorme expressão neste concelho. Nessa medida é fulcral que uma parte dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal de Tábua se debruce na caracterização e análise desse setor.

Nesta medida, importa sobretudo procurar uma compatibilização entre os diferentes usos do solo, nomeadamente os solos urbanos e os solos florestais, e assegurar que as diferentes valências que caracterizam os espaços florestais, entre os quais, a de lazer, a de proteção e conservação, e de produção.

No atual sistema de ordenamento e das figuras de plano enquadráveis no sistema português, as figuras mais diretamente relacionadas com a classificação e qualificação dos solos, e com o ordenamento florestal são sobretudo os planos diretores municipais, e mais recentemente, os planos regionais de ordenamento florestal.

Desta forma, e aqui chegados, no âmbito da atual revisão do PDM de Tábua, importa sobretudo articular e compatibilizar as duas figuras de plano, quando os PROF's ainda são novidade e se encontram também em elaboração, estando, neste caso, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte na sua segunda fase, tendo sido apresentada a Proposta de Plano.

Assim, para o conhecimento mais integrado do território de Tábua, no que se refere à ocupação florestal, recorre-se à primeira fase dos trabalhos do PROF-PIN, onde foi já feito um considerável esforço no tratamento de dados de base, transformando-os em informação útil no processo de planeamento em questão, pelo que seria incomportável proceder a novos trabalhos conducentes à obtenção da mesma informação, e até "absurdo" omitir esses mesmos dados no presente trabalho! Desta forma, na presente caracterização, socorre-se à caracterização efetuada no PROF-PIN, sempre que tal se justifique útil e consentâneo com a metodologia de trabalho adotada, até porque estas realidades são bem mais abrangentes do que a área restrita do concelho, e para a qual as delimitações administrativas pouco importam.

1.1. OS PROF'S

Os princípios orientadores da política florestal definida na Lei n. 33/96, de 17 de agosto (Lei de Bases da Política Florestal), nomeadamente os relativos ao aumento da produção florestal e à conservação da floresta e dos recursos naturais associados, implicam, entre outras medidas de política, a adoção de planos regionais de ordenamento florestal (PROF), promovendo a produção sustentada de bens e serviços por eles fornecidos e definindo zonas de intervenção prioritária para os diversos agentes públicos e privados.

Para além dos objetivos gerais de curto prazo acima descritos, no futuro, a adoção destes instrumentos de ordenamento e planeamento florestal permitirá igualmente a aplicação regional não só das diretrizes estratégicas nacionais, mas também a monitorização da gestão florestal sustentável, de acordo com critérios atualmente em discussão em diversos fóruns nacionais e internacionais.

Como instrumentos sectoriais de gestão territorial, os PROF deverão compatibilizar-se com os instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial e assegurar a contribuição do setor florestal para a sua elaboração e alteração, no que respeita especificamente à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, através da integração nesses planos das ações e medidas propostas.

Importa igualmente ter presente que, com a introdução inovadora do ordenamento florestal regional na legislação portuguesa, se visa garantir uma efetiva e profícua cooperação entre o Estado e os proprietários florestais privados, responsáveis pela gestão da maior parte do património florestal, num processo de planeamento que se pretende contínuo, de caráter decididamente operacional e eficazmente suportado por diversos instrumentos técnicos e financeiros, já hoje disponíveis ou previstos na Lei de Bases da Política Florestal.

Os PROF são instrumentos de política sectorial que incidem exclusivamente sobre os espaços florestais, e estabelecem normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização florestal destes espaços, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos da política florestal nacional.

As normas constantes dos PROF vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados, devendo os planos diretores municipais relativos à área abrangida pelos PROF, integrar, na primeira alteração a que são sujeitos, as normas constantes dos PROF.

1.2. O PROF DO PINHAL INTERIOR NORTE (PROF-PIN)

A Proposta de plano apresentada encontra-se estruturada em três níveis de propostas articuladas entre si. O desenho da proposta de plano inicia-se pela definição de objetivos estratégicos gerais para a globalidade da região PROF (Pinhal Interior Norte), através da utilização de uma análise estratégica baseada na metodologia SWOT.

Da análise resultou um conjunto de objetivos estratégicos que visam desenvolver as potencialidades da região e fazer face às suas vulnerabilidades, constrangimentos e problemas. Com base nesta análise define-se ainda a visão a longo prazo para os espaços florestais da região, assim como se estabelecem as metas a atingir nesse período de tempo.

No segundo nível, são definidos os objetivos específicos, medidas e modelos de organização territorial para cada sub-região homogénea (aqui referem-se as sub-regiões homogéneas que contemplam a área territorial do Concelho de Tábua: Floresta da Beira Serra e Alto Alva. Os objetivos específicos estabelecem 'os fins' que se pretendem atingir no período de vigência do plano e as medidas, 'os meios' potenciais para os alcançar.

Os modelos de organização territorial, definidos para cada sub-região homogénea, visam descrever a distribuição espacial dos espaços florestais, assim como definir os processos e técnicas desejáveis para a sua gestão. Estes modelos foram estabelecidos pela identificação das normas de intervenção que se devem aplicar e pela seleção das espécies de árvores florestais e respetivos modelos de silvicultura a privilegiar.

Ao nível da sub-região homogénea, as metas estabelecidas ao nível regional são desagregadas de modo a permitir o alinhamento dos objetivos específicos com os objetivos gerais.

Finalmente, no âmbito da proposta de plano do PROF, foi ainda definido um conjunto de estratégias complementares que abordam questões relevantes para a concretização dos objetivos do PROF, mas cuja definição e regulamentação apresentam um âmbito suprarregional.

Os espaços florestais do Pinhal Interior Norte têm uma grande importância, pois abrangem uma extensa área (superior a 80% da área da região) em que cerca de metade destes espaços estão arborizados. As espécies florestais dominantes produtoras de lenho nesta região são o pinheiro bravo e o eucalipto, que constituem o suporte da economia florestal desta região. Embora se verifique a predominância dos povoamentos monoespecíficos, em resultado da forte ação humana, esta região detém um elevado potencial produtivo para várias espécies arbóreas, nomeadamente, as folhosas autóctones, podendo contribuir para diversificar as espécies florestais exploradas, e dessa forma,

oferecer madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado, mas tendo em consideração o uso múltiplo dos recursos e a sua sustentabilidade.

Além desta potencialidade, a proposta de plano do PROF salienta também a oferta de espaços florestais vocacionados para atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, designadamente o turismo florestal de montanha, que importa desenvolver. O enquadramento dos espaços florestais em percursos de turismo, constituem por si só um recurso para o turismo florestal de montanha e para o turismo de natureza, enquanto espaço de usufruto da paisagem, vocacionados para a interpretação ambiental, assumindo um papel relevante para aqueles que apreciam a observação da natureza e dos espaços florestais, proporcionando ao visitante o conhecimento dos valores naturais e florestais através de um contacto direto com os espaços florestais.

Nesta região PROF, as atividades da silvopastorícia, caça, pesca em águas interiores e apícola representam um elevado potencial de desenvolvimento. De salientar, as zonas montanhosas e calcárias, presentes no Pinhal Interior Norte, que carecem de cuidados específicos no sentido da proteção contra as diversas formas de erosão a que estão sujeitas.

Estratégia Genérica

Como se referiu atrás, no âmbito da proposta de plano, para a definição das estratégias foi efetuada uma análise baseada na metodologia SWOT, que se traduziu na referenciação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, trabalhados posteriormente para a constituição dos objetivos estratégicos gerais, organizados em potencialidades (pontos fortes x oportunidades), constrangimentos (pontos fortes x ameaças), vulnerabilidades (pontos fracos x oportunidades) e problemas (pontos fracos x ameaças).

Tal fase de trabalho, e consequente análise, consubstanciou-se na construção da visão estratégica: espaços florestais desenvolvidos no sentido de aumentar a sua diversidade, garantindo, de modo sustentável, o seu equilíbrio multifuncional.

Objetivos Específicos

Na elaboração dos objetivos específicos para a região PROF, a metodologia seguida neste plano prevê a sua especificação por sub-região homogénea. No entanto, existe um conjunto de objetivos, medidas e indicadores que, pela sua importância e abrangência geográfica, são comuns a todas as sub-regiões homogéneas. As medidas, consideradas e aplicáveis a toda a região PROF englobam as

seguintes questões: incêndios florestais, estrutura da propriedade e gestão incipiente e monitorização do desenvolvimento florestal e cumprimento do plano.

Quadro 1. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF: Incêndios florestais

Incêndios Florestais	
Objetivo 1. Diminuir o número de ocorrências de fogos florestais.	**Medida:** promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais. **Medida:** controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como sejam as bermas das estradas, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos. **Medida:** Aumentar o número de brigadas de sapadores florestais e intensificar a sua ação em áreas consideradas de maior risco de incêndio.
Objetivo 2. Diminuir a área queimada.	**Medida:** Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação, e/ou biomassa. **Medida:** Aumentar a eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais.

Fonte: PROF-PIN, 2006

Quadro 2. Medidas a toda a Região PROF: Estrutura da propriedade e gestão incipiente

Estrutura da Propriedade e Gestão Incipiente		
Objetivo 3. Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão.	**Objetivo 3.1.** Divulgar informação relevante para o desenvolvimento da gestão florestal.	**Medida:** Manter atualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do setor.
	Objetivo 3.2. Realização do cadastro das propriedades florestais.	**Medida:** Implementação de um processo simplificado da atualização do cadastro. **Medida:** Isenção ou redução de taxas e emolumentos notariais na constituição de áreas de dimensão mínima viável até ao limite de obrigatoriedade de PGF.
	Objetivo 3.3. Dinamização das áreas abandonadas.	**Medida:** Penalização efetiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas ações de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal. **Medida:** Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir direta ou indiretamente a gestão de áreas abandonadas. **Medida:** Na venda de áreas abandonadas dar preferência de aquisição às sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais quando confinantes a áreas sob a sua gestão e que apresentem um plano para a área que siga as orientações estratégicas do Plano Regional de Ordenamento Florestal para a sub-região na qual se insere.
	Objetivo 3.4. Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada.	**Medida:** Isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI) na constituição de áreas de gestão única. **Medida:** Isenção ou redução do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT). **Medida:** Crédito bonificado para aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros. **Medida:** Direito de preferência aos proprietários confinantes para a aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima. **Medida:** Apoio à constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única profissional. **Medida:** Acesso preferencial a fundos públicos para áreas mínimas que tenham sido constituídas para efeitos de investimento. **Medida:** Concessão de apoio financeiro a fundo perdido para as ações de arborização, rearborização e beneficiação em áreas mínimas que tenham sido constituídas para efeitos de investimento. (continua…)

Fonte: PROF-PIN, 2006

Gráfico 1. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF: estrutura da propriedade e gestão incipiente (continuação)

Estrutura da Propriedade e Gestão Incipiente (continuação)		
Objetivo 3. Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão.	**Objetivo 3.4.** Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada.	(…continuação) **Medida:** Devolução ou isenção do IVA suportado na aquisição de fatores de produção decorrentes das ações de constituição de áreas mínimas de gestão. **Medida:** Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário e florestal. **Medida:** Atribuição de benefícios fiscais aos sujeitos passivos que constituam áreas de dimensão mínima.
	Objetivo 3.5. Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.	**Medida:** Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível. **Medida:** Promover ações de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais.

Fonte: PROF-PIN, 2006

Quadro 3. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF: Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano

Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano	
Objetivo 4. Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.	**Medida:** Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais. **Medida:** Realizar periodicamente inventários florestais da região PROF. **Medida:** Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano. **Medida:** Desenvolver um sistema de informação de monitorização do cumprimento das metas e objetivos previstos no plano.

Fonte: PROF-PIN, 2006

1.3. O TERRITÓRIO

Tratando-se os Planos Regionais de Ordenamento Florestais de planos sectoriais que desenvolvem regionalmente as orientações preconizadas no sistema de planeamento florestal português, pretendeu-se com esta opção dar o devido ênfase ao território em que estes incidirão. De acordo com a línea b) do artigo 4.º do DL n.º 204/99, este é constituído pelos "terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo pastoril ou os incultos de longa duração".

O Plano Regional de Ordenamento Florestal de Pinhal Interior Norte está inserido na zona centro de Portugal Continental e está rodeado pelas áreas de Dão-Lafões, Centro Litoral, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul.

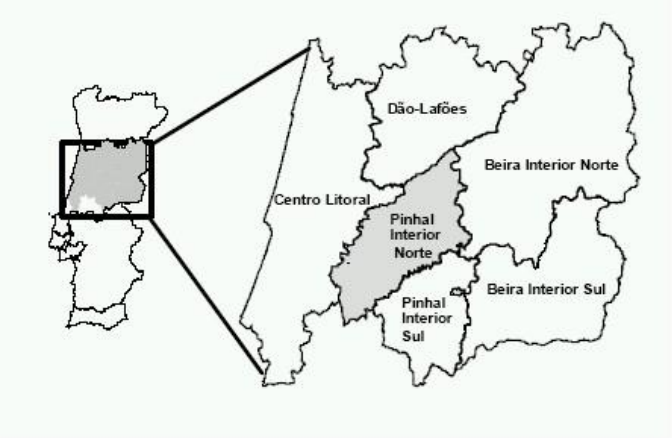

Figura 1. Localização do PROF

Fonte: PROF-PIN, 2006

Abrange 14 concelhos, Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Miranda do Corvo, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ansião, Penela e Alvaiázere. No entanto, este documento pretende essencialmente estudar o concelho de Tábua.

Faz-se uma referência muito ligeira às características físicas do território, visto ter já sido desenvolvido em relatório próprio.

Da análise da figura seguinte é possível verificar que a faixa no limite poente do concelho é a zona que se pode considerar mais ´fresca´ em média, visto que a temperatura vai aumentando à medida que se caminha para o interior. Relativamente à precipitação verifica-se que os limites norte/poente e o limite sul são as zonas de menor pluviosidade em contraponto com a área central do concelho que é onde chove mais.

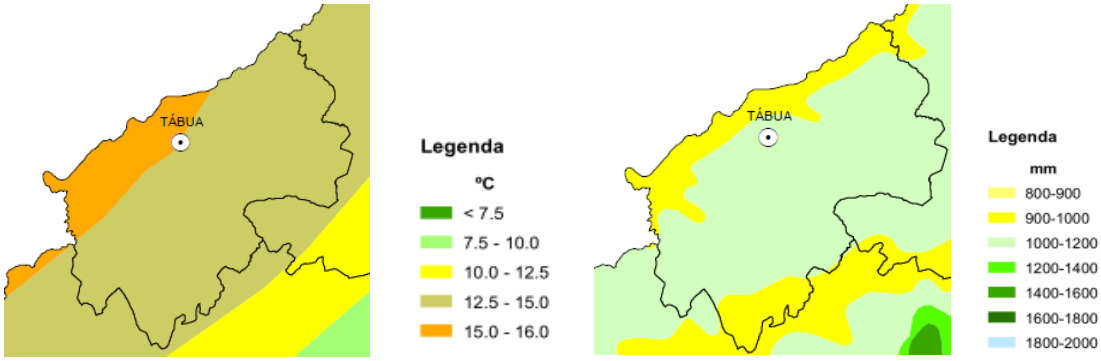

Figura 2. Clima – Temperatura | Pluviosidade

Fonte: PROF-PIN, 2006

Em termos macrotopográficos o relevo na sub-região do Pinhal Interior Norte é mais rigoroso, na zona central e sul, correspondendo ao troço do sistema montanhoso central entre as Serras da Lousã e do Açor, abrange ainda uma parte do planalto da Beira Alta. Pela figura seguinte é possível verificar que no concelho de tábua predomina o nível basal [0-400m[, sendo que existe algumas características de nível submontano [400-700[, na zona sul da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha.

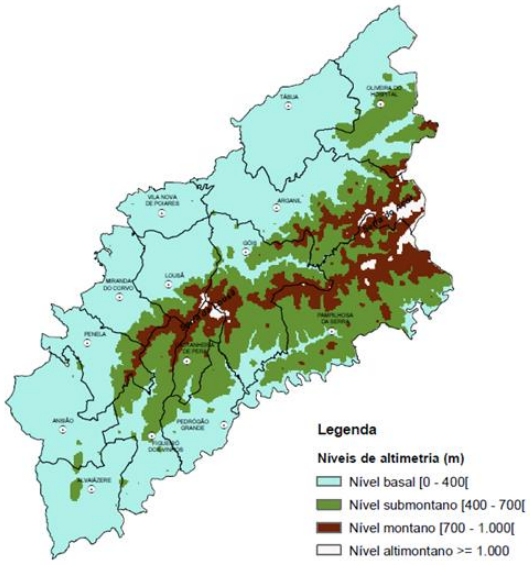

Figura 3. Altimetria

Fonte: PROF-PIN, 2006

Quanto aos recursos hídricos na sub-região do Pinhal Interior Norte, pela figura seguinte é possível verificar uma rede hidrográfica bastante densa assinalando-se a presença de diversas albufeiras nomeadamente no rio Zêzere e Mondego. O concelho de Tábua encontra-se integrado na bacia hidrográfica do rio Mondego, encontrando-se abrangido pela albufeira da Aguieira.

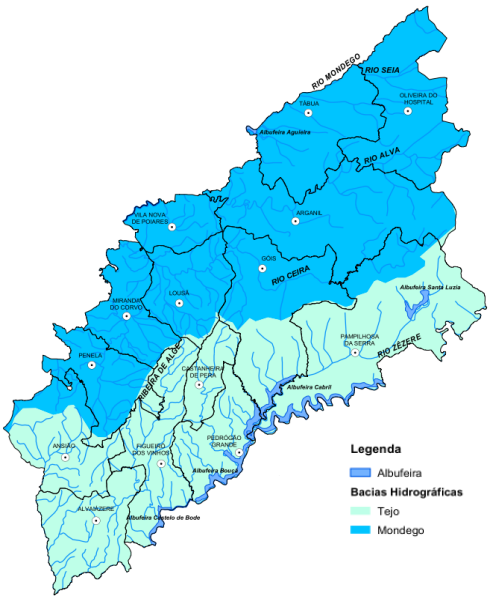

Figura 4. Bacias e Rede Hidrográfica

Fonte: PROF-PIN, 2006

O Pinhal Interior Norte não possui áreas protegidas, no entanto possui Sítios da Rede Natura 2000, conforme se pode observar na figura seguinte. O concelho de Tábua, possui cerca de 2% do seu território classificado, correspondente ao Sitio Carregal do Sal (PTCON0027). Trata-se de um Sítio que se carateriza pelos seus afloramentos graníticos, apresentando um mosaico agro-silvo-pastoril interessante, é ainda importante para a conservação da salamandra-lusitânica, espécie vulnerável, endémica da Península Ibérica, que ocorre em ecossistemas ribeirinhos.

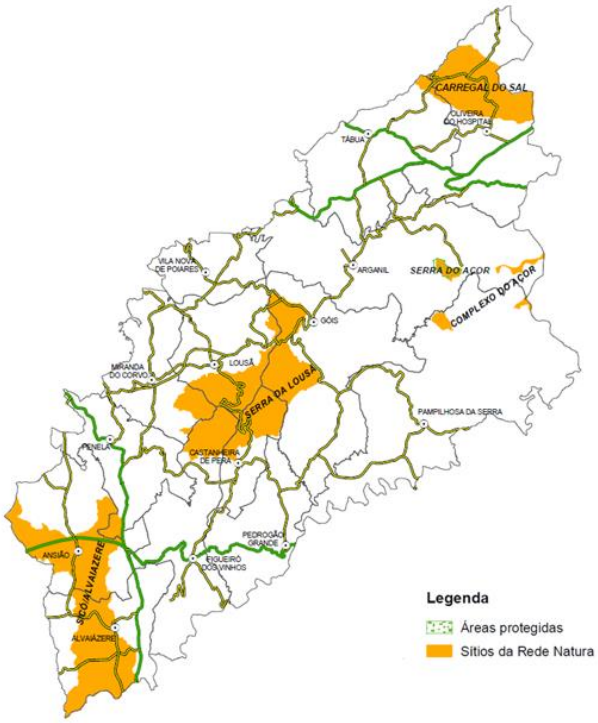

Figura 5. Zonas sensíveis do ponto de vista da conservação

Fonte: PROF-PIN, 2006

1.4. SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS

A delimitação de unidades territoriais tem como objetivo fundamental a simplificação da realidade territorial, de forma a permitir uma análise mais simples da realidade que se demonstra complexa no que diz respeito às possíveis potencialidades ou limitações a considerar na atividade de planeamento. Desta forma, surgiram duas unidades territoriais de referência: as regiões PROF e as sub-regiões homogéneas. Os objetivos dos PROF´s, são orientados em função das diferentes sub-regiões homogéneas.

A organização dos espaços florestais e respetivo zonamento, nesta região, é feita ao nível de sub-regiões homogéneos, que correspondem a unidades territoriais com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização como resultado da otimização combinada de três funções principais.

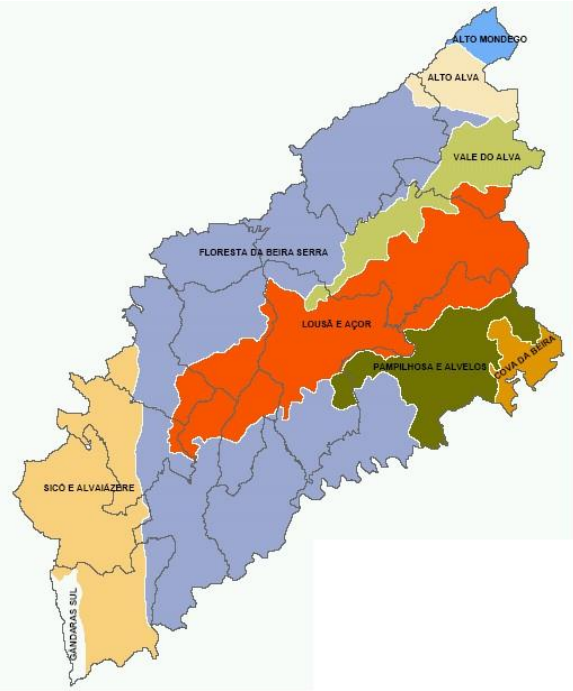

Figura 6. Sub-região Homogéneas

Fonte: PROF-PIN, 2006

De Acordo com o PROF do Pinhal Interior Norte, existem 9 sub-regiões homogéneas: Alto Mondego; Alto Alva; Vale do Alva; Florestas da Beira Serra; Lousa e Açor; Pampilhosa e Alvelos; Cova da Beira; Sicó Alvaiázere; Gândaras do Sul.

O concelho de Tábua insere-se praticamente todo na sub-região homogénea denominada Floresta da Beira Serra, com exceção de uma pequena parte do limite norte da freguesia de Midões que se insere na sub-região homogénea do Alto Alva.

1.5. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - FLORESTA DA BEIRA SERRA

Os espaços florestais da sub-região homogénea da Floresta da Beira Serra, nos quais se integra grande extensão territorial do Concelho de Tábua, apresentam um elevado potencial para a produção lenhosa de diversas espécies arbóreas, tanto pioneiras como de crescimento lento, tendo também um grande potencial para as atividades da silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores. O desenvolvimento destas potencialidades pode e deve ser feito de forma integrada, tendo-se no entanto de ter em conta medidas de proteção de solo nas vertentes dos principais cursos de água e nas encostas da Serra da Lousã. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1.ª Função: Produção
- 2.ª Função: Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores
- 3.ª Função: Proteção

Segundo a proposta de plano do PROF-PIN, a Floresta da Beira Serra é a sub-região mais significativa, na região do PIN, em que o potencial para a produção lenhosa se reflete na primeira função. O potencial produtivo lenhoso desta sub-região é bom para várias espécies, sendo importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que diz respeito à diversificação dos povoamentos e à maior valorização dos produtos lenhosos.

Também o potencial de desenvolvimento das atividades associadas à silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores desta sub-região se enquadra nos objetivos principais da região PROF, onde estas atividades assumem alguma importância, nomeadamente no que respeita à exploração dos produtos da silvopastorícia e ao aumento das atividades associadas à caça e à pesca.

No caso da função de proteção nesta sub-região, ela tem essencialmente expressão local, não adquirindo importância significativa à escala da região PROF, onde se salientam grandes áreas onde esta função é de primordial importância, nomeadamente as zonas montanhosas e cársicas. O PROF salienta ainda a importância dos espaços florestais sob gestão da administração pública, que adquirem um interesse bastante relevante no que se refere à proteção do solo e da água nas encostas mais declivosas, por se tratar de perímetros florestais de montanha que foram sujeitos ao regime florestal com o objetivo de proteção das zonas de cabeceiras de bacias hidrográficas.

Pontos Fortes e Pontos Fracos

A proposta de plano do PROF aponta entre os principais pontos fortes, para a sub-região homogénea da Floresta da Beira Serra, e mais diretamente relacionados com o território de Tábua os seguintes:

- Elevada produção de material lenhoso - ex: pinheiro-bravo e eucalipto;
- Elevado potencial produtivo para o desenvolvimento de folhosas autóctones - ex: carvalho e castanheiro;
- Existência de atividades silvopastoril e apícola – Atividade silvopastoril essencialmente de criação de ovinos, para a produção do queijo, requeijão e borrego da Serra da Estrela com DOP. A atividade apícola no concelho embora não seja DOP, o mel produzido também é de grande qualidade.
- Potencial para a caça: ex: caça maior – javali; caça menor – coelho, perdiz, pombo, rola e tordo);
- Potencial para a pesca – O concelho de Tábua apresenta vários cursos de água classificados: como piscícolas de ciprinídeos: ex: Rio Mondego – alguns troços com concessão de pesca profissional; Rio Alva - alguns troços com concessão de pesca desportiva;
- Potencial para a exploração de produtos não lenhosos – ex: Castanha, cogumelos e medronho

Relativamente aos principais pontos francos apontados no âmbito do PROF, temos:

- Baixa diversidade de espécies florestais – Coberto florestal muito focado no pinheiro-bravo e no eucalipto;
- Risco potencial de erosão – Risco potencial nas vertentes dos vales dos principais cursos de água (ex: Rio Mondego);
- Existência de grandes manchas continuas de vegetação – Elevada suscetibilidade à propagação de incêndios

Quadro 4. Objetivos específicos aplicáveis à sub-região homogénea de Floresta da Beira Serra

Objetivo 1. Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo.	
Objetivo 2. Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.	
Objetivo 3. Desenvolver a atividade silvopastoril.	**Objetivo 3.1.** Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril
	Objetivo 3.2.

	Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados
Objetivo 4. Aumentar a atividade associada à caça	**Objetivo 4.1.** Aumentar o conhecimento do potencial cinegético da região
	Objetivo 4.2. Aumentar o numero de áreas com gestão efetiva, a rendibilidade da atividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas
	Objetivo 4.3. Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de caça
Objetivo 5. Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores.	**Objetivo 5.1.** Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas
	Objetivo 5.2. Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infraestruturas de apoio (ex: acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca
Objetivo 6. Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados	
Objetivo 7. Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão	

Fonte: PROF-PIN, 2006

Modelo de Organização Territorial

Quanto ao modelo de organização territorial para esta sub-região, a proposta de plano do PROF-PIN apresenta um conjunto de normas de intervenção a aplicar referentes aos:

- *Espaços florestais com função de produção de madeira;*
- *Espaços florestais com função produção de frutos e sementes (castanha e medronho);*
- *Espaços florestais com função produção de outros materiais vegetais e orgânicos;*
- *Espaços florestais com função de produção de biomassa para a energia;*
- *Espaços florestais com função de suporte à pastorícia, nas zonas onde se concentram*
- *Áreas consideráveis de matos e pastagens naturais;*

- *Espaços florestais com função de suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, nas zonas prioritárias para o desenvolvimento da atividade da caça;*
- *Espaços florestais com função de suporte à pesca em águas interiores, nas zonas prioritárias para o desenvolvimento da atividade da pesca;*
- *Espaços florestais com função de suporte à apicultura, nos concelhos circunscritos como região demarcada do mel da Lousã: Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Pampilhosa da Serra, Arganil, Góis e Vila Nova de Poiares;*
- *Espaços florestais com função de proteção da rede hidrográfica;*
- *Espaços florestais com função de proteção contra a erosão hídrica e cheias.*

De uma forma mais localizada, a proposta descrimina ainda outras normas a aplicar em zonas mas específicas, nomeadamente:

- *Espaços florestais com função de conservação de recursos genéticos, em particular ao longo das linhas de água que representam potencial para manutenção e fomento de corredores ecológicos.*

(PROF-PIN, 2006)

1.6. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA – ALTO ALVA

O Concelho de Tábua integra, ainda que numa pequena extensão do seu território, a sub-região homogénea do Alto Alva, numa pequena área na freguesia de Midões.

Segundo a proposta de plano do PROF-PIN, os espaços florestais desta sub-região apresentam um grande potencial para a produção de lenhosas, contudo o facto de ser uma área incluída na Rede Natura 2000, o desenvolvimento desta potencialidade, deverá ser feito de acordo com os objetivos de conservação dos habitas classificados. A atividade da pesca também tem potencial, mas o seu desenvolvimento deve ser entendido sob a perspetiva de conservação no que refere ao habitat da boga. Referencia ainda no que toca à necessidade de implementação de medidas de proteção do solo nas vertentes mais declivosas do vale do Rio Mondego e Seia.

O desenvolvimento destas potencialidades tendo em conta as condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1.ª Função: Produção;
- 2.ª Função: Conservação dos habitats, de espécies de fauna e da flora e de geomonumentos;
- 3.ª Função: Proteção.

O Alto Alva é a sub-região homogénea, do Pinhal Interior Norte, em que o desenvolvimento do potencial para a produção lenhosa deve ser feito de forma integrada com os objetivos de conservação. O potencial produtivo lenhoso desta sub-região é bom para várias espécies de folhosas de crescimento lento, verificando-se bons níveis de regeneração natural. Esta potencialidade é importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que diz respeito à diversificação dos povoamentos e à maior valorização dos produtos lenhosos.

Sendo esta sub-região abrangida pela Diretiva Habitats (92/43/CEE), pretende-se manter condições de habitat nos espaços florestais que sejam favoráveis ao desenvolvimento das espécies de fauna e da flora classificadas, garantindo o seu equilíbrio multifuncional com a função de produção.

No caso da função de proteção nesta sub-região, ela tem essencialmente expressão local, não adquirindo importância significativa à escala da região PROF, onde se salientam grandes áreas onde esta função é de primordial importância, nomeadamente as zonas montanhosas.

Pontos Fortes e Pontos Fracos

A proposta de plano do PROF aponta entre os principais pontos fortes, para a sub-região homogénea do Alto Alva, e mais diretamente relacionados com o território de Tábua os seguintes:

- Elevada produção de material lenhoso – principalmente o pinheiro-bravo mas também favorável para o eucalipto;
- Elevado potencial produtivo para o desenvolvimento de folhosas autóctones – principalmente o Carvalho- Alvarinho e o Carvalho-Cerquinho e favorável ao Carvalho-Negral e aos Castanheiro.
- Área conservação de fauna e flora – parte norte do concelho integrado no Sitio do Carregal do Sal (Rede Natura 2000);
- Potencial para a pesca – ex: Rio Mondego classificado como piscícola, aguas de ciprinídeos e com grande interesse biológico;
- Potencial para a exploração de produtos não-lenhosos – ex: medronho, castanha e cogumelos

No que concerne aos principais pontos francos apontados no âmbito do PROF, temos:

- Baixa diversidade de espécies florestais – Coberto florestal muito focado no pinheiro-bravo e no eucalipto;
- Risco potencial de erosão – Risco potencial nas vertentes dos vales dos principais cursos de água (ex: Rio Mondego);

Quadro 5. Objetivos específicos aplicáveis à sub-região homogénea do Alto Alva

Objetivo 1. Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo.	
Objetivo 2. Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.	
Objetivo 3. Adequar a gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora	**Objetivo 3.1.** Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a atividade silvopastoril
	Objetivo 3.2. Integrar totalmente a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados
Objetivo 4. Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão	
Objetivo 5. Desenvolver a prática da pesca nas águas interior associadas à conservação dos espaços florestais	**Objetivo 5.1.** Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca e desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas
	Objetivo 5.2. Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infraestruturas de apoio (ex: acessos e pontos de pesca) e criar zonas concessionadas para a pesca

Fonte: PROF-PIN, 2006

Modelo de Organização Territorial

Quanto ao modelo de organização territorial para esta sub-região, a proposta de plano do PROF-PIN apresenta um conjunto de normas de intervenção a aplicar referentes aos:

- *Espaços florestais com função de produção de madeira;*
- *Espaços florestais com função produção de frutos e sementes (pinhão e medronho);*
- *Espaços florestais com função produção de outros materiais vegetais e orgânicos;*
- *Espaços florestais com função de produção de biomassa para a energia;*
- *Espaços florestais com função de conservação de habitats classificados;*
- *Espaços florestais com função de conservação de espécies da flora e da fauna protegida;*
- *Espaços florestais com função de proteção da rede hidrográfica;*
- *Espaços florestais com função de proteção contra a erosão hídrica e cheias.*

De uma forma mais localizada, a proposta descrimina ainda outras normas a aplicar em zonas mas específicas, nomeadamente:

- *Espaços florestais com função de suporte à pesca em águas interiores, nas zonas prioritárias para o desenvolvimento da atividade da pesca;*
- *Espaços florestais com função de conservação de recursos genéticos, em particular ao longo das linhas de água que representam potencial para manutenção e fomento de corredores ecológicos.*

(PROF-PIN, 2006)

1.7. FUNCIONALIDADES DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

Os princípios de gestão sustentável e multifuncional integrados no quadro legal do setor florestal nacional pela lei de Bases da Política Florestal nacional assim como os compromissos assumidos nas Conferências Interministeriais para a proteção da Floresta na Europa serviam sempre de referência à realização do presente plano.

Desta forma elaborou-se uma síntese de ordenamento onde são identificados padrões de organização ou de perfil territorial que estejam na base da identificação das funcionalidades dos espaços florestais e das sub-regiões homogéneas.

As funções desempenhadas pelos espaços florestais consideradas foram cinco:

1. Produção;
2. Proteção;
3. Conservação de habitats, flora e fauna
4. Silvopastorícia, caça e pesca
5. Recreio e estética da paisagem.

A sua caracterização e espacialização foram realizadas com base na análise da informação numérica e cartográfica disponível e aferida com recursos a metodologias participativas.

Relativamente à função ´Produção´ por classes de potencialidade da floresta no concelho de Tábua é considerada de muita importância, enquanto que a função ´Proteção´ é de sem especial relevância no concelho. A função de ´Conservação de habitats, flora e fauna´ tem importância no limite norte do concelho, correspondendo a área integrada na Rede Natura 2000. A função Silvopastorícia, caça e pesca é considerada importante praticamente no território todo do concelho, com exceção da área no limite norte correspondente à Rede Natura 2000. A silvopastorícia enquanto prática dentro dos sistemas agroflorestais, possibilita a obtenção, no curto prazo de retornos financeiros decorrentes dos produtos animais delas resultantes. Estes retornos assumem especial importância no ordenamento do espaço rural ao criarem condições para a fixação das populações, particularmente importantes fora das zonas de grande aptidão de produção de madeira e em que os sistemas silvo-pastoris jogam um papel decisivo na salvaguarda dos equilíbrios ambientais, territoriais e de uso do solo. Desta prática, resultam ainda efeitos benéficos em várias vertentes do ordenamento florestal, de que destacamos os efeitos na prevenção dos fogos florestais, resultantes da vegetação espontânea, herbácea e arbustiva e do consumo de outros materiais combustíveis, evitando assim a sua deposição e acumulação sobre o solo.

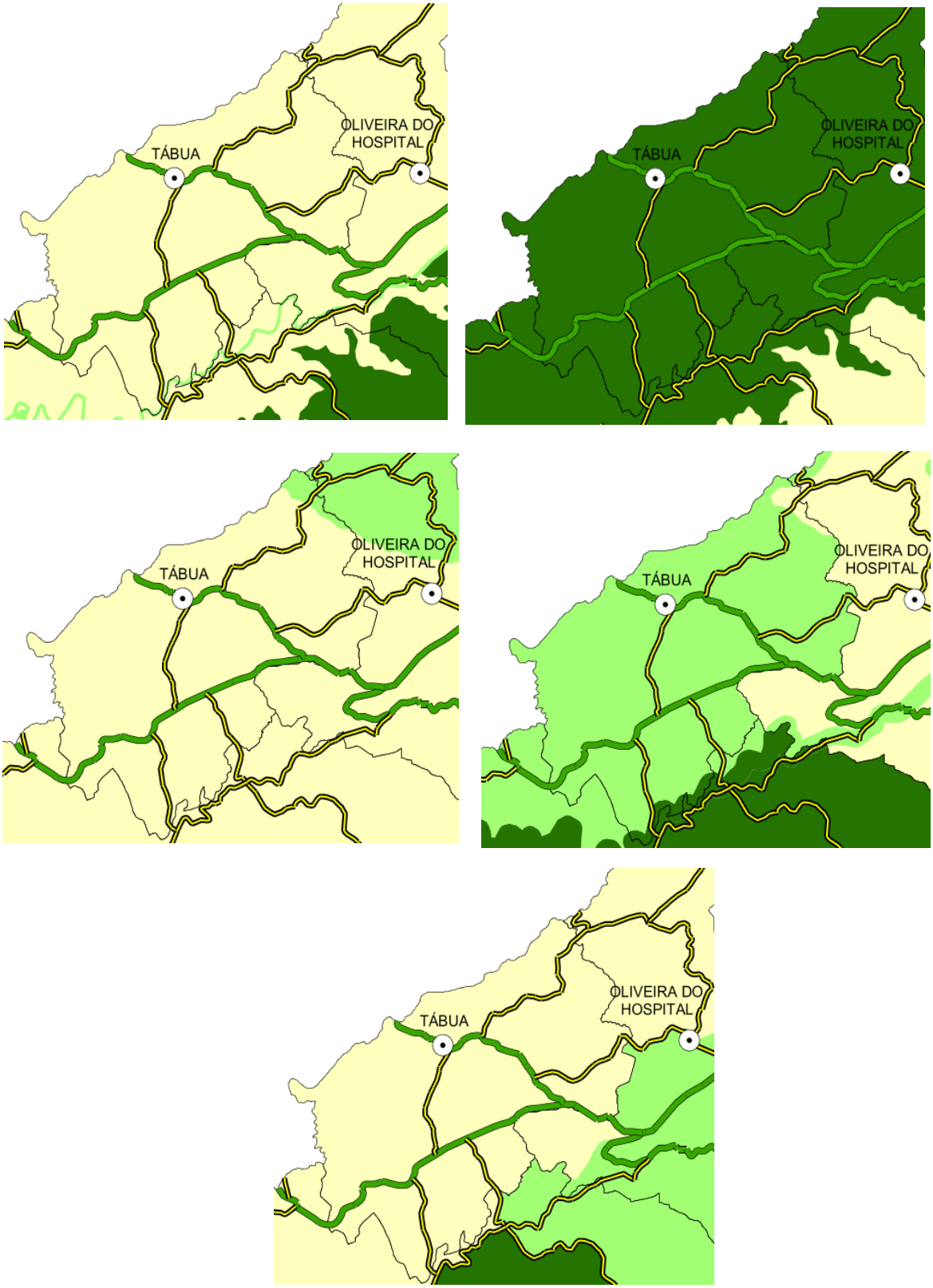

Figura 7. Função dos espaços florestais – Produção | Proteção | Conservação, habitats, flora e fauna | Silvopastorícia, caça e pesca | Recreio e estética da paisagem

Fonte: PROF-PIN, 2006

Daqui decorrem, em muitos casos, complementaridades notáveis entre os animais e as componentes arbustiva e arbórea a nível alimentar e a outros níveis, de que se destaca a função de abrigo. É ainda no seio destas complementaridades, e delas absolutamente dependentes, que têm origem produtos de grande qualidade e autenticidade, parte importante do património gastronómico e cultural português, e que persistem muitas das raças autóctones portuguesas que, tendo na adaptação aos sistemas agroflorestais das suas regiões de origem a sua maior valia, só fazem sentido nelas inseridas.

Dada a importância da manutenção da atividade silvo-pastoril no ordenamento florestal, quaisquer planeamentos futuros deverão ter em conta o potencial da região para a produção de produtos com nome protegido, criando condições para a maximização do escoamento comercial através daquela forma. A criação destas condições tem implícito o fomento da atividade pecuária proporcionando e estimulando o acesso aos recursos forrageiros disponibilizados pelos sistemas silvo-pastoris e poderá passar pela delimitação e pelo fomento da utilização de áreas com esta vocação, quer pelos seus proprietários, quer pelos detentores de animais que com aqueles estabelecem acordos.

De igual modo poderá ser útil a promoção da utilização em períodos-chave do sobcoberto de áreas que não tenham uma tão marcada vocação silvo-pastoril por forma a associar a disponibilização de recursos forrageiros ao cumprimento de determinados objetivos de gestão florestal.

O valor dos espaços florestais para o recreio e lazer tem a ver diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a sua acessibilidade e com a capacidade de acolhimento que proporcionam. No concelho de Tábua a função ´Recreio e estética da paisagem´ apresenta-se sem especial relevância.

Desta forma, e atendendo à hierarquização de funções propostas para cada uma das sub-regiões homogéneas, o concelho de Tábua estará especialmente vocacionado para:

1. Função - Produção;
2. Função - Conservação de habitats, flora e fauna;
3. Função - Silvopastorícia, caça e pesca.

1.8. OS ESPAÇOS FLORESTAIS

Os espaços florestais na sub-região Pinhal Interior Norte correspondem a cerca de 83% do seu território, pelo que é um aspeto que não se pode menosprezar, pois representa um importante setor da economia da região. A maioria destes espaços são denominados espaços florestais arborizados, (51%) que correspondem a terrenos dedicados à atividade florestal e que ocupam uma área igual ou superior a 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros. No caso do concelho de Tábua, de acordo com a figura seguinte, é possível verificar a predominância dos espaços florestais arborizados tendo uma maior incidência na zona centro/sul do concelho, é ainda possível observar a área de águas interiores com alguma expressão que corresponde à albufeira da barragem de Agueira.

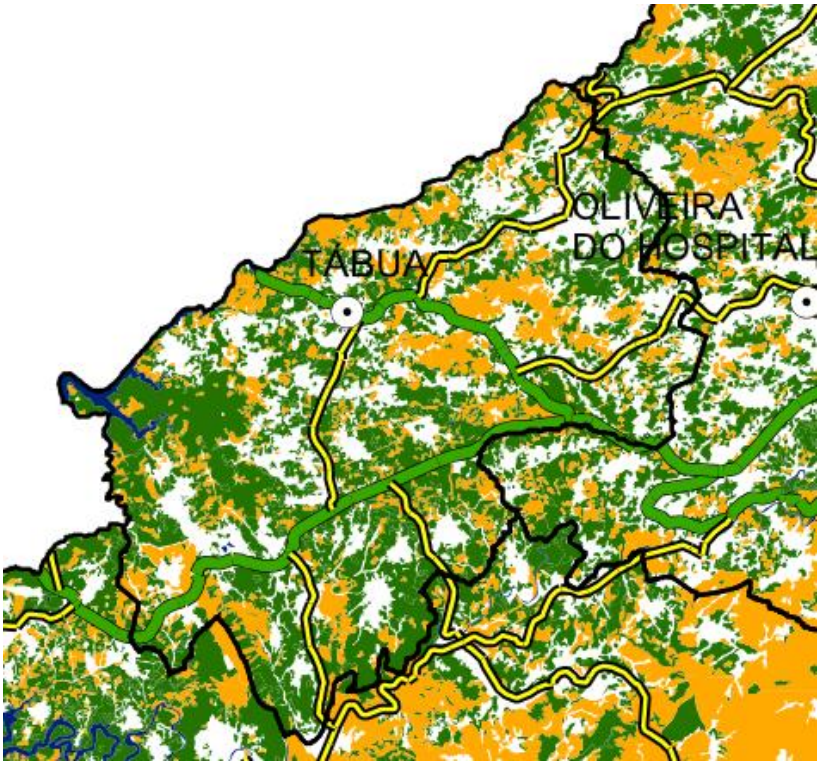

Figura 8. Localização dos espaços florestais
Fonte: PROF-PIN, 2006

Nos últimos anos os espaços florestais arborizados tem verificado alguma diminuição resultado de entre outros fatores, dos incêndios florestais, por outro lado os espaços incultos têm verificado algum aumento facto que é motivado essencialmente pelo abandono da atividade agricultura.

As espécies arbóreas terão que ser as mais adequadas ao território tendo em consideração um conjunto de variáveis (temperatura média anual, litologia, altimetria, entre outras) daí que e, segundo o PROF, as áreas que irão ter capacidade produtiva ´ótima´, no que se refere ao Pinheiro Bravo localizam-se na área mais central do concelho de Tábua estendendo-se para o limite nordeste com o concelho de Oliveira do Hospital, sendo que a área restante do concelho é considerada ´favorável´.

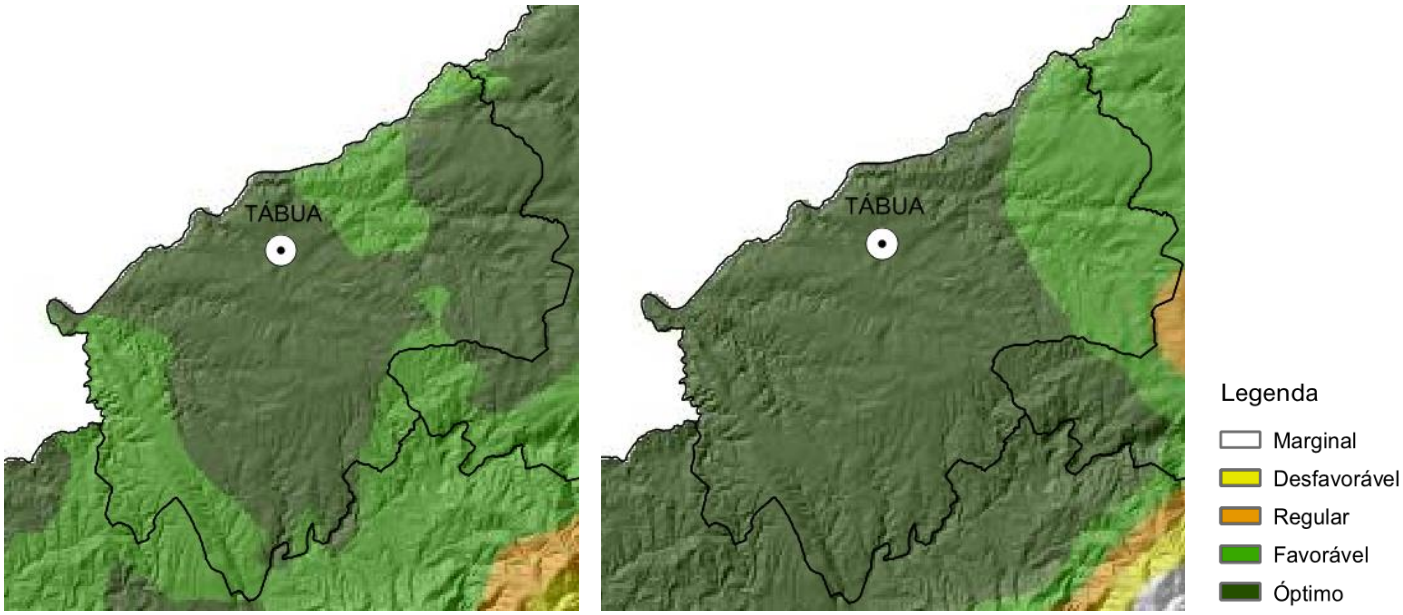

Figura 9. Potencialidade produtiva do pinheiro bravo e do eucalipto
Fonte: PROF-PIN, 2006

Quanto ao Eucalipto, pode-se observar que tem uma capacidade produtiva ´ótima´ na quase totalidade do concelho de Tábua com exceção do limite nordeste, que apresenta contudo uma capacidade ´favorável´.

O Carvalho Alvarinho, como é possível constatar através da figura seguinte apresentada é uma espécie que apresenta ótimas condições de desenvolvimento em toda a área do concelho de Tábua.

O Carvalho Cerquinho, apenas terá uma capacidade produtiva ´ótima´ no concelho de Tábua, na zona situada no limite nordeste com o concelho de Oliveira do Hospital. À medida que se dirige em direção a sudoeste esta capacidade decresce, sendo mesmo ´desfavorável´ na área central do concelho, voltando a ter uma capacidade ´regular´ no limite sul.

Por seu lado, o Carvalho Negral já tem uma capacidade produtiva ´ótima´ e ´favorável´ em grande parte da área do concelho, diminuindo consideravelmente nas áreas dos limites poente e sul do território concelhio, atingindo mesmo uma capacidade produtiva `marginal´.

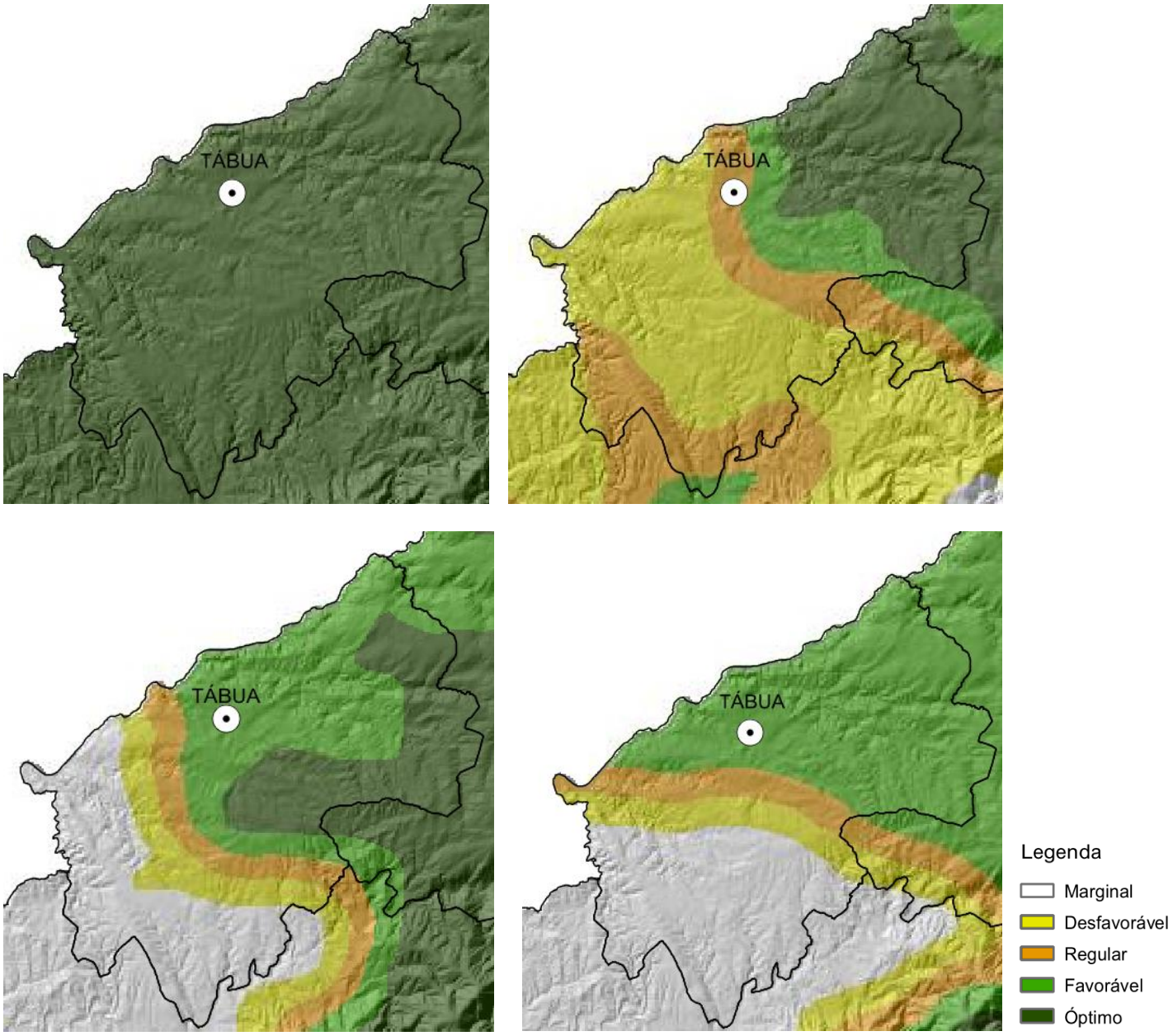

Figura 10. Potencialidade produtiva do carvalho alvarinho | carvalho cerquinho | carvalho negral | castanheiro
Fonte: PROF-PIN, 2006

Por último o Castanheiro, é uma espécie mais aconselhável nas áreas mais a norte e centrais do concelho, diminuindo a sua capacidade produtiva para ´marginal´ nas áreas a sul do território de Tábua.

A floresta, apresenta-se com um importante recurso natural do concelho, ocupa uma área de cerca de 49% do território de Tábua, representando uma riqueza inestimável e constituindo uma importante fonte de receita para o tecido económico local.

A florestação com recurso ao pinheiro bravo e eucalipto proliferou num passado recente, ocupando atualmente cerca de 94% da área florestal do concelho, contribuindo para o desenvolvimento de atividades que tem como matéria-prima a madeira, bem como outras atividades comerciais relacionadas com a fileira florestal.

No quadro seguinte encontra-se discriminado a distribuição das espécies florestais do concelho de Tábua, sendo possível constatar que as principais espécies em termos de ocupação florestal do concelho são, inequivocamente, o pinheiro bravo (63%) e o eucalipto (31%).

Quadro 6. Distribuição das espécies florestais

Freguesia	Espécies florestais (ha)						Área florestal total (ha)
	Carvalho	Castanheiro	Eucalipto	Outras folhosas	Pinheiro bravo	Pinheiro manso	
Candosa	11,65	0,00	57,82	5,41	437,18	0,00	512,07
Carapinha	0,00	0,00	108,56	1,36	296,90	0,00	406,82
Midões	10,70	7,60	106,55	41,70	563,79	50,97	781,31
Mouronho	0,00	0,00	296,33	12,33	1011,69	0,00	1320,34
Póvoa de Midões	3,26	6,72	38,92	52,34	241,58	0,00	342,83
São João da Boa Vista	2,91	0,00	191,54	3,93	269,16	0,85	468,39
Tábua	21,18	0,00	200,53	101,84	705,06	18,49	1047,11
União das Freguesias de Ázere e Covelo	28,98	0,00	831,17	48,21	326,19	0,00	1234,55
União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha	21,17	4,41	56,96	48,10	852,55	0,00	983,18
União das Freguesias de Espariz e Sinde	0,00	0,00	772,14	66,20	571,54	2,43	1412,31
União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	0,00	0,00	312,72	42,67	896,68	0,00	1252,08
TOTAL	99,85	18,73	2973,25	424,09	6172,32	72,74	9760,97

Fonte: PMDFCI, 2013

Da análise do quadro anterior e da figura seguinte, é possível verificar que de uma forma geral, existe um predomínio do pinheiro bravo em todas as freguesias, com exceção da união de freguesias de Ázere e Covelo e da união de freguesias de Espariz e Sinde em que predomina o eucalipto. O Carvalho têm algum significado na união de freguesias de Ázere e Covelo, na freguesia de Tábua e na união de freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha. As áreas de pinheiro manso localizam-se com maior expressão na freguesia de Midões assim como o castanheiro. Destaque ainda para as outras folhosas sendo a espécie mais representativa a seguir ao pinheiro e eucalipto, distribui-se um pouco por todo o concelho com particular expressão na freguesia de Tábua.

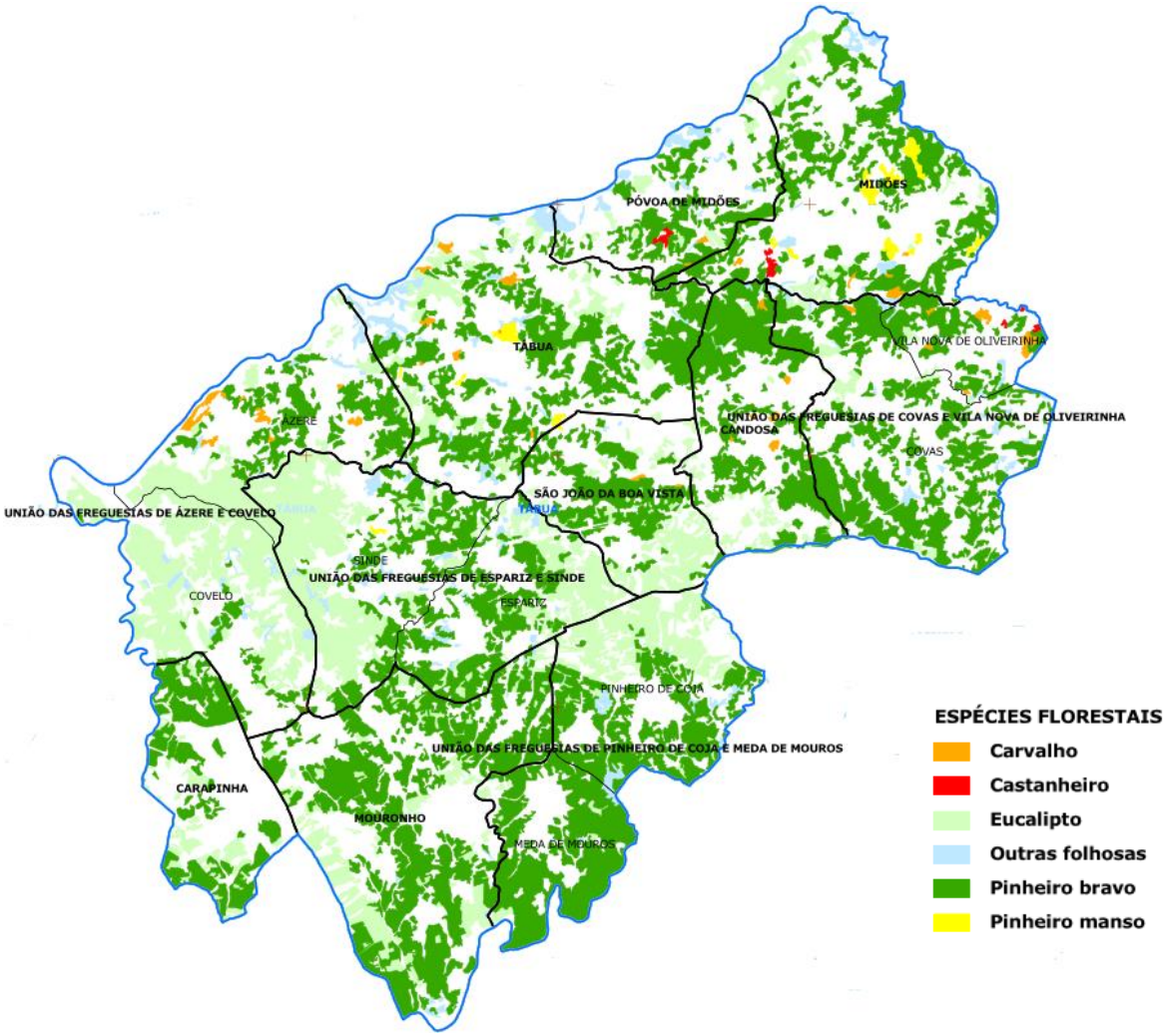

Figura 11. Ocupação florestal

Fonte: PMDFCI, 2013

Arvoredo de Interesse Público

O arvoredo pode constituir uma interessante moldura de monumentos arquitetónicos, valorizando as paisagens. Por este motivo, devem proteger-se todos os arranjos florestais e de jardins de interesse artístico ou histórico, tal como os exemplares isolados de espécies vegetais que pelo seu porte ou raridade façam recomendar a seu conservação. No concelho de Tábua existem três árvores classificadas, conforme informação no quadro seguinte.

Quadro 7. Árvores de interesse público

Nº Processo	Freguesia / Lugar	Nome Científico	Nome Vulgar	Descrição	Idade
KNJ1/116	Largo Principal de Povoação do Covelo	*Eucalyptus globulus Labillardiére*	Eucalipto	Árvore isolada	-
KNJ1/117	Largo Principal de Povoação do Covelo	*Eucalyptus globulus Labillardiére*	Eucalipto	Árvore isolada	-
KNJ1/118	Largo Principal de Povoação do Covelo	*Eucalyptus globulus Labillardiére*	Eucalipto	Árvore isolada	-

Fonte: ICNF, 2016

1.9. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO FLORESTAL

A vasta área florestal do concelho de Tábua e a sua importância económica conduziu à criação de quatro Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que num futuro próximo apresentarão Planos de Gestão Florestal (PGF): ZIF Tábua-Mondego; ZIF Lourosa; ZIF Tábua-Alva; ZIF Tábua Nordeste.

Trata-se de uma área territorial delimitada constituída por espaços florestais pertencentes a entidades privadas, administrada por uma única entidade (CAULE – Associação de Proprietários Florestais), com o objetivo de gerir de forma sustentável, eficiente e adequada os seus recursos florestais. A prevenção de incêndios florestais é uma das principais razões que levou à constituição das ZIF.

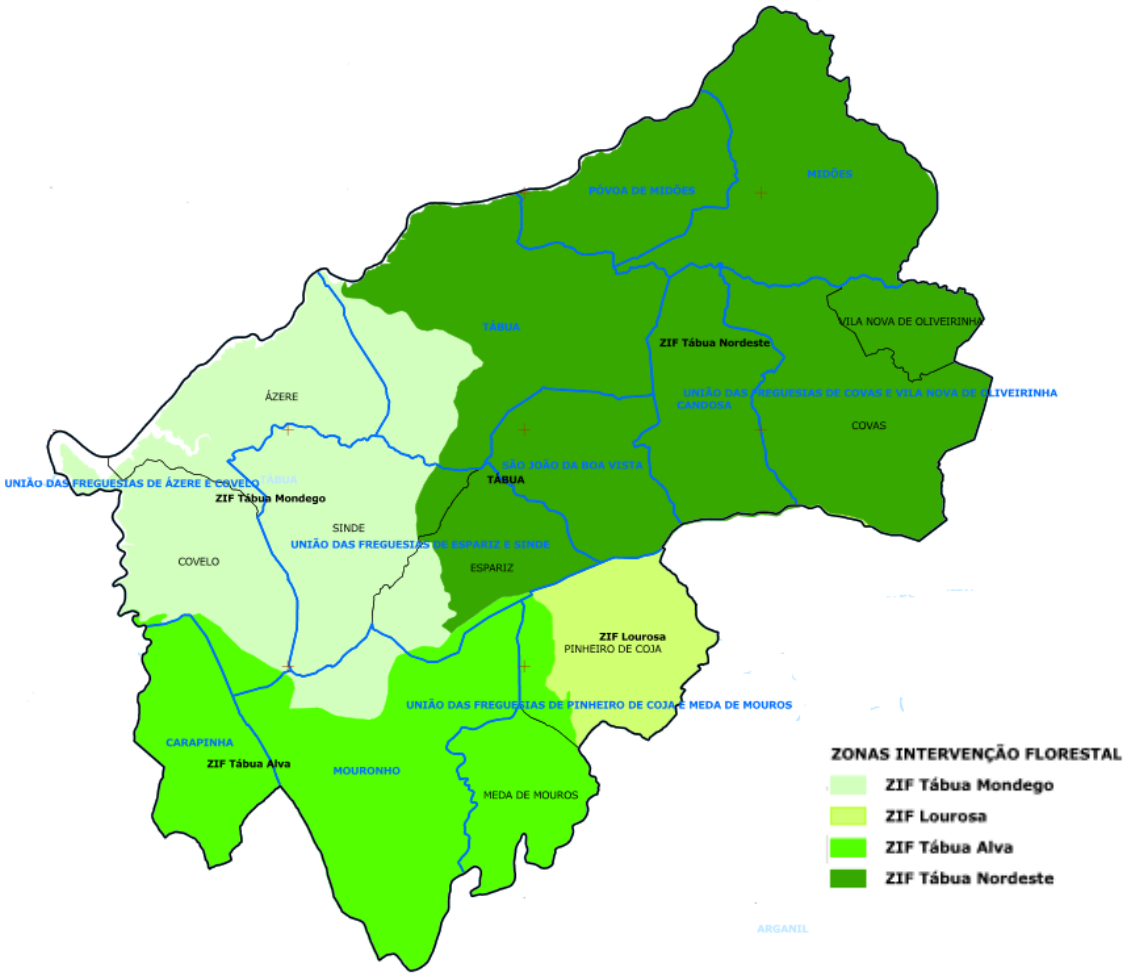

Figura 12. Zonas de intervenção florestal

Fonte: PMDFCI, 2013

Como se pode verificar pela figura anterior toda a área territorial do concelho de Tábua é abrangido por por ZIF´s:

- **ZIF Tábua Mondego** (ZIF n.º 27, processo n.º 053/06-DGRF), com a área de 4.572 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Ázere, Covelo, Espariz, Mouronho, Sinde e Tábua (Portaria n.º 890/2008, de 14 de Agosto);

- **ZIF Lourosa** (ZIF n.º 28, processo n.º 038/06-DGRF), com a área de 4.040,95 ha, englobando vários prédios rústicos da freguesia de Pinheiro de Coja e parte do concelho de Arganil (Portaria n.º 892/2008, de 14 de Agosto);

- **ZIF Tábua Alva** (ZIF n.º 46, processo n.º 052/06-AFN), com a área de 4.632,17 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Carapinha, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho, Pinheiro de Coja e Sarzedo, dos concelhos de Tábua e Arganil (Portaria n.º 1470/2008, de 17 de Dezembro);

- **ZIF Tábua Nordeste** (ZIF n.º 47, processo n.º 37/06 AFN), com a área de 9.879,2 ha, englobando vários prédios rústicos das freguesias de Candosa, Covas, Espariz, Midões, Póvoa de Midões, São João da Boa Vista, Sinde, Tábua e Vila Nova de Oliveirinha, do concelho de Tábua (Portaria n.º 1495/2008, de 19 de Dezembro).

1.10. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E REGIME FLORESTAL

Em termos da conservação da natureza verifica-se que parte do território do concelho de Tábua (2%) encontra-se integrado na Rede Natura 2000, correspondente ao Sitio do Carregal do Sal que abrange o limite norte da freguesia de Midões.

Também se identificam três áreas de baldio que se encontram nas freguesias da Carapinha (81,80 ha), da União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros (89,97 ha) e de Tábua (2,73 ha).

Quanto ao Perímetro Florestal, verifica-se que se estende desde o concelho de Arganil, abrangendo a freguesia de Carapinha e pequenas partes da freguesia de Mouronho e da união de freguesias de Ázere e Covelo. (ver figura seguinte). A existência de Perímetro Florestal apresenta grande importância, visto que normalmente são áreas ordenadas, que obedecem a uma gestão do espaço e que apresentam infraestruturas próprias de defesa da floresta contra incêndios.

Florestal

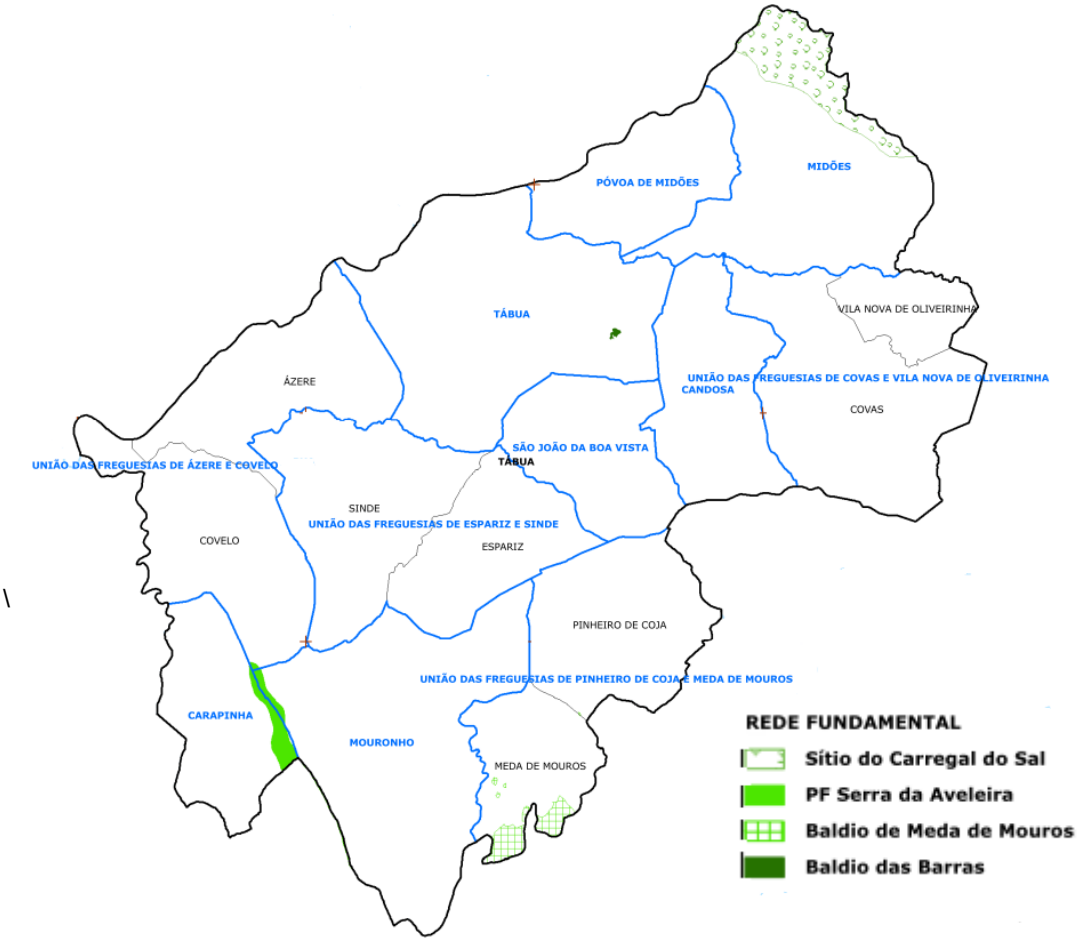

Figura 13. Conservação da Natureza e Regime Florestal

Fonte: PMDFCI, 2013

1.11. RECURSOS E PRODUTOS FLORESTAIS

Os recursos florestais, os quais englobam os recursos cinegéticos, aquícolas, silvopastoris, de recreio e paisagem e de biomassa, revelam uma importância relevante ao nível socioeconómico e turístico de determinada região.

1.11.1. Caça

" Os recursos cinegéticos são o suporte da atividade da caça, importante fator de desenvolvimento rural numa região dadas as sinergias que geram nas economias locais" (Machado & Amaral, 2000)

A zona de caça está delimitada na figura abaixo apresentada correspondendo praticamente a toda a área territorial do concelho de Tábua.

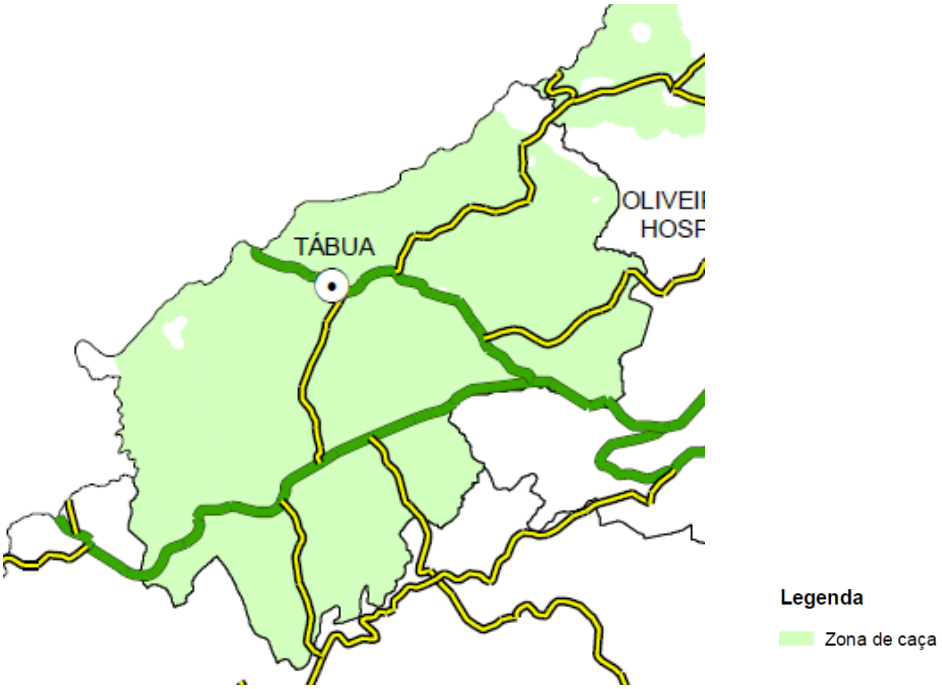

Figura 14. Zonas de Caça

Fonte: PROF-PIN, 2006

O Pinhal Interior Norte pode, de um modo muito genérico, ser subdividida em três subáreas, no que concerne ao rendimento total resultante da atividade cinegética. As espécies de maior peso em toda a região do PIN são o coelho, a perdiz e os tordos perfazendo, de forma conjunta, 83,4% do rendimento total.

Esta atividade desportiva não tem tido a abundância, em número e variedade, e as condições doutros tempos. Com a monocultura do eucalipto e os incêndios florestais que têm assolado toda a região, o habitat natural das espécies cinegéticas tem vindo a ser destruído e modificado a uma velocidade estonteante.

Com povoamentos muito fechados e com más condições até para as mais versáteis e usuais espécies cinegéticas, os próprios caçadores vão tendo dificuldades de penetração nos povoamentos. Assim, é retirado aos caçadores que apreciam a caça, como uma prática desportiva com diversas vertentes de interesse, muito daquilo que eles próprios esperam de uma simples caçada. A existência de povoamentos fechados, tornam esses locais de fácil refúgio e de segurança para o javali, espécie pouco frequente até há uns anos atrás e que atualmente tem aparecido com algum significado. Se em termos cinegéticos é vantajoso este aparecimento, não deixa de ser perturbador para os pequenos agricultores, devido aos estragos causados por esta espécie nas suas culturas.

É que o javali, recolhe do eucaliptal praticamente só o refúgio indo alimentar-se aos campos agrícolas, estragando muito mais do que come. Assim, a já pouco rentável agricultura, passa a ser cada vez menos atrativa, levando ainda mais ao abandono da sua prática, com todas, as já apontadas, nefastas consequências. O coelho, anteriormente recolhia praticamente nos pinhais e outros povoamentos florestais tudo o que precisava para se alimentar. Agora, o coelho aparece muito esporadicamente e sem criar prejuízos significativos aos agricultores. Atualmente, a caça continua a ter potencialidades para várias espécies no concelho de Tábua como as perdizes, as rolas, os coelhos e os tordos e outras secundárias como o pombo bravo e o javali.

De acordo com a base de dados que consta do ICNF, o concelho de Tábua é abrangido por quatro zonas (ver quadro seguinte) de caça, uma municipal e as restantes associativas, encontrando-se praticamente todo o território ordenado em termos cinegéticos.

Quadro 8. Zonas de Caça

Nº Zona de Caça	Designação ZC	Concelho / Total (ha)	Entidade	Departamento Conservação da Natureza e Florestas	Tipo de Zona
2997	ZCM Tábua	9560/9560	CL Caça e Pesca de Tábua	Centro	Municipal
4057	ZCA Tábua	1251/1251	CL Caça e Pesca de Tábua	Centro	Associativa
5019	ZCA Espariz e Sinde	1486/1486	AS. Caçadores de Espariz e Sinde	Centro	Associativa
6229	ZCA Meda de Mouros	600/600	Clube de Caça e Pesca Vale do Ave	Centro	Associativa
6695	ZCA São João da Boavista	860/860	Associação de Caçadores de S. J. da Boavista	Centro	Associativa

Fonte: ICNF, 2016

De acordo com o PROF-PIN, *"A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse publico."*

1.11.2. Pesca em Aguas Interiores

Os recursos aquícolas constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. A pesca em águas interiores, enquanto atividade exploradora destes recursos, é capaz de proporcionar benefícios diretos (consumo e venda de peixe capturado) e indiretos (oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico, exploração económica em concessões ou reservas de pesca com geração de receitas e criação de postos de trabalho). O correto ordenamento dos recursos aquícolas é por isso de grande importância, podendo a pesca constituir um elemento significativo no âmbito do uso múltiplo dos espaços florestais.

O Concelho de Tábua encontra-se inserido na bacia hidrográfica do Mondego, onde se destaca o rio Mondego no limite norte/noroeste e o rio Alva sul/sudoeste, tendo estes cursos de agua como principais afluentes os rios Cavalos e Ribelas e as ribeiras de Tábua, S. Simão, Covelo e São Paio. Sendo ainda de destacar uma importante massa de água que é a albufeira da Agueira no limite ponte da união de freguesias de Ázere e Covelo.

Figura 15. Aptidão para a pesca
Fonte: PROF-PIN, 2006

Como é possível observar pela figura anterior os principais cursos de água do concelho estão identificados como águas de ciprinídeos, sendo que a totalidade do rio alva e grande parte do rio mondego e da albufeira são cursos de águas classificados como piscícolas. Importa referir que é possível identificar que parte do curso do rio Alva, no limite sul da freguesia de Mouronho encontra-se concessionado a pesca desportiva. No rio Mondego, na albufeira e em parte das linhas de água envolventes no limite poente da união de freguesias de Azere e Covelo são locais/zonas de pesca profissional.

Esta é uma das práticas desportivas e de lazer, que tem vindo a crescer a nível concelhio. As espécies piscícolas mais frequentes são: *Caeassius auratus* (Pimpão, Peixe-vermelho, Peixe-dourado); *Chondrostoma oligolepis* (Ruivaco, Ruivaca, Pardelha-de-escamas-grandes); *Anguilla anguilla* (Enguia-europeia, meixão (Juvenis), Angula (juvenis)); *Lepomis gibbosus* (Perca-sol, Peixe-sol); *Barbus bocagei* (Barbo-comum, Barbo do Norte); *Chondrostoma polylepis* (Boga-comum, Boga-de-boca-reta); *Squalius alburnoides* (Bordalo); *Salmo truta* (truta-marisca, truta-fário, truta de rio).

1.11.3. Silvopastorícia

"A silvopastorícia, enquanto prática dentro dos sistemas agroflorestais, possibilita aobtenção, no curto prazo, de retornos financeiros decorrentes dos produtos animais delaresultantes. Estes retornos assumem especial importância no ordenamento do espaço rural, ao criarem condições para a fixação das populações, particularmente importantes fora das zonas de grande aptidão de produção de madeira e em que os sistemas silvopastoris joga mum papel decisivo na salvaguarda dos equilíbrios ambientais, territoriais e de uso do solo." (PROF-PIN, 2006)

"Daqui decorrem, em muitos casos, complementaridades notáveis entre os animais e as componentes arbustiva e arbórea, a nível alimentar e a outros níveis, de que se destaca a função de abrigo. É ainda no seio destas complementaridades, e delas absolutamente dependentes, que têm origem produtos de grande qualidade e autenticidade, parte importante do património gastronómico e cultural português, e que persistem muitas das raças autóctones portuguesas que, tendo na adaptação aos sistemas agroflorestais das suas regiões de origem a sua maior valia, só fazem sentido neles inseridas"

Esta prática tem bastante representatividade no concelho, sobretudo pela existência de rebanhos com um número apreciável de ovinos e caprinos, a que não é alheio o facto do concelho de Tábua estar integrado na área geográfica de produção de Borrego Serra da Estrela (DOP) e de Queijo Serra da Estrela (DOP).

Assim, em termos florestais, esta atividade para a alem de possibilitar a produção de produtos de qualidade que em muito contribuem para a economia local, a sua manutenção poderá e deverá ainda contribui para a diminuição e redução das cargas de combustíveis rasteiros próximo e nas envolventes das povoações e habitações mais isoladas, ajudando na prevenção dos incêndios florestais.

1.11.4. Turismo, recreio e Lazer

De acordo com o PROF-PIN, "*as florestas das comunidades locais foram adquirindo novos valores "pelos seus usos de recreio nas regiões urbanas e nas suas periferias, por serem um bem para projetos turísticos nas zonas rurais", "como elementos característicos de paisagens familiares e como testemunho dos valores históricos e espirituais" (cit in Rego, 2001). A estes valores acresce a "contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos", contribuição esta de grande relevância nas áreas periurbanas onde os espaços florestais podem contribuir para uma melhoria significativa da qualidade de vida nos aglomerados populacionais".*

Nesta matéria existe um conjunto de atividades que poderão ajudar a definir a importância dos espaços florestais para a economia e desenvolvimento regionais.

Um dos produtos que tem vindo a verificar um crescimento é o Turismo de Natureza e todas as atividades complementares. "*O valor dos espaços florestais para o recreio e lazer tem a ver diretamente com a qualidade paisagística que oferecem, com a sua acessibilidade e com a capacidade de acolhimento que proporcionam." (PROF-PIN, 2006).*

A atratividade deste tipo de turismo assenta em características próprias da identidade, da cultura, dos costumes, dos patrimónios paisagístico e histórico e da vida social e económica dos espaços rurais. Justifica-se, assim, que aliado ao desenvolvimento de unidades de TER, existam preocupações de conservação dos recursos naturais, preservação dos valores culturais e das tradições e de recuperação e valorização do património edificado e Arqueológico.

Em termos turísticos, recreio e lazer, nos espaços florestais o concelho de Tábua apresenta condições naturais para a prática de diversas modalidades, sobretudo de maior ligação e interação com a natureza (ex: percursos pedestres, BTT). A ligação à água e atividades relacionadas terá também de ser uma aposta, dadas as condições naturais com fins turísticos que o concelho apresenta nesta matéria (ex: rios Mondego e Alva, Albufeira da Aguieira. Assim, as atividades de turismo, recreio e lazer nos espaços florestais, passará obviamente pela adequada preservação e

valorização dos espaços florestais articulado com estratégias para aumentar a importância turística do concelho .

1.11.5. Madeira e Resina

A madeira e a resina constituem os produtos florestais mais comercializáveis , que têm como destino varias atividades, como para a produção de pasta de papel, para toros para serração e para a indústria da trituração. As madeiras de mais pequena dimensão têm destinos como a trituração para a produção de aglomerados de fibras ou de partículas, a produção de energia ou a celulose.
Ainda a madeira de carvalho de grande qualidade é indicada para trabalhos de mercearia e de carpintaria. A madeira de acácia também começa a ser aproveitada, o que traz várias vantagens a nível ecológico, já que trata-se de uma espécie invasora.

A resina, por seu lado, registou uma redução enorme da sua rendibilidade, já que se registou o encerramento de algumas unidades de extração e comercialização. Deve-se essencialmente a um elevado custo de mão-de-obra, a falta de mão-de-obra especializada e a importação de resina mais barata, proveniente da China e do Brasil.

Apesar da vasta área florestal do concelho de Tábua e do seu potencial, a caracterização da produção e comercialização destes produtos é limitada pela escassez de informação nesta matéria.

1.11.6. Frutos Florestais, Mel e Aromáticos

Para além dos produtos lenhosos, a floresta tem a capacidade de produzir vários produtos não lenhosos que representam uma boa fonte de rendimento, embora seja difícil de quantificar e aprofundar a caraterização destes produtos dada a escassez de informação, ainda assim apresenta-se uma breve sistematização.

O mel merece destaque, proveniente de vários nectários florais, a sua produção tem vindo a aumentar sendo já uma referência do concelho de Tábua, ficando a faltar para o desenvolvimento do setor, uma maior aposta na qualidade e na sua certificação.

Os frutos secos é de destacar a castanha, mas acima de tudo o medronheiro que levou mesmo à criação da Confraria do Medronho sendo um exemplo da sua importância para o concelho. A utilização do fruto e da árvore são diversas, desde a produção de aguardente e licores como a utilização da madeira no artesanato, entre outras finalidades.

As plantas aromáticas essencialmente a lavanda, salva, orégão, hortelã-pimenta e lúcia lima, poderão também ser tidas como uma atividade alternativa à atividade rural. Assim como os cogumelos, que serão cada vez mais uma atividade rentável, mas que a sua apanha deverá ser feita com moderação de modo a não comprometer o desaparecimento desta espécie.

1.12. RISCO E PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO

Os incêndios florestais são fenómenos transversais do ponto de vista do impacte no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou de região administrativa. O fator comum às áreas atingidas por um incêndio é a similitude de gestão, ou de ausência da mesma, e consequentemente dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na eclosão e no desenvolvimento de um incêndio florestal. No caso de Portugal, onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, faz com que se agrupem as condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são na grande maioria de origem antrópica intencional ou por negligência. Entre as consequências mais evidentes de um fogo florestal, salientam-se a perda total ou parcial da cobertura vegetal e dos bens que se encontrem na área ardida pelo incêndio. No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

O risco é muitas vezes entendido como uma expressão direta da probabilidade de ocorrência de um incêndio. No entanto, este não é apenas uma probabilidade, mas sim resulta da relação entre a perigosidade, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor económico, ou seja, quanto se pode perder se arder determinado território.

Relativamente ao risco de incêndio torna-se então necessário perceber onde se encontram os maiores potenciais de perda.

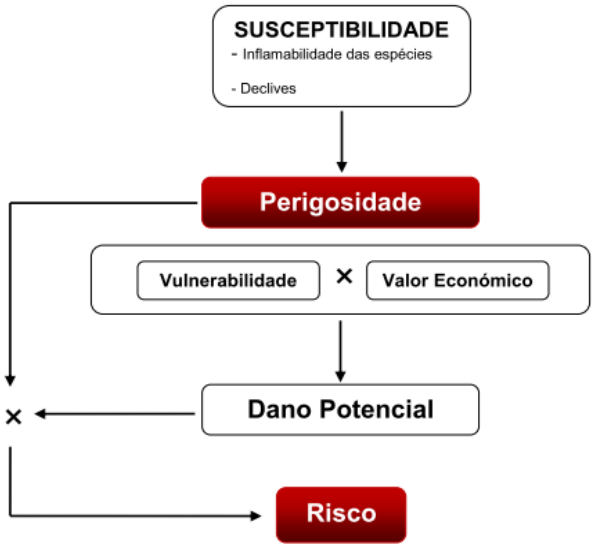

Figura 16. Componentes do Modelo de Risco

O Risco de Incêndio resulta do produto que existe entre a Perigosidade e o Dano Potencial, resultando a Perigosidade no produto entre a Probabilidade e a Suscetibilidade, e o Dano Potencial no produto entre a Vulnerabilidade e o Valor Económico. O risco de incêndio resulta de vários fatores que influenciam a ignição e a propagação dos incêndios florestais: quantidade ou carga de combustível, a humidade e o declive.

A carta de risco de incêndio é um modelo que recorre à análise de um conjunto de variáveis físicas e biológicas para explicar as variações espaciais de risco de incêndio florestal em cada concelho.

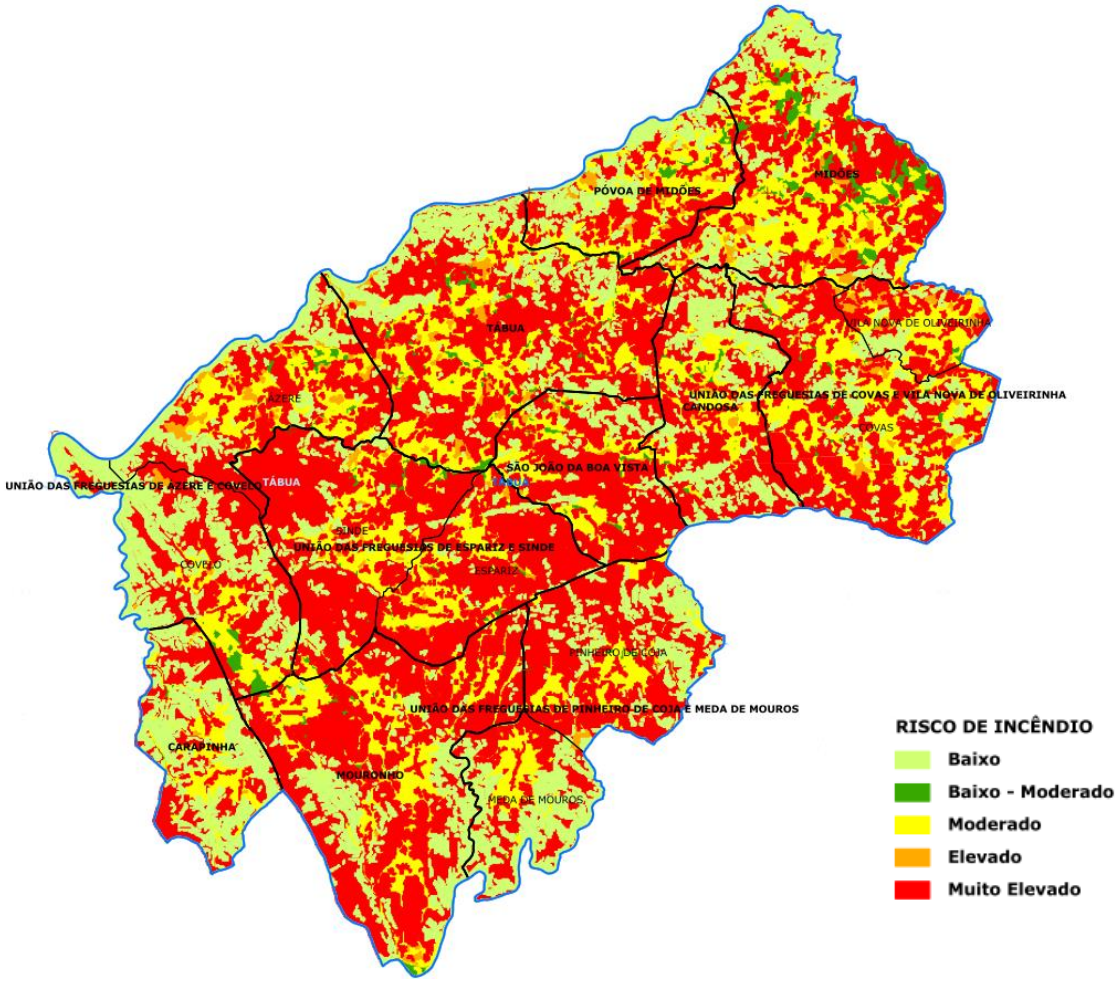

Figura 17, Risco de Incêndio
Fonte: PROF-PIN, 2006

Pela observação da figura anterior verifica-se que de uma forma global o risco de incendio florestal é muito elevado no território de Tábua, com uma maior concentração nas freguesias do centro/sul do concelho, pelo facto de serem zonas onde se encontram mais povoamentos de pinheiro e eucalipto.

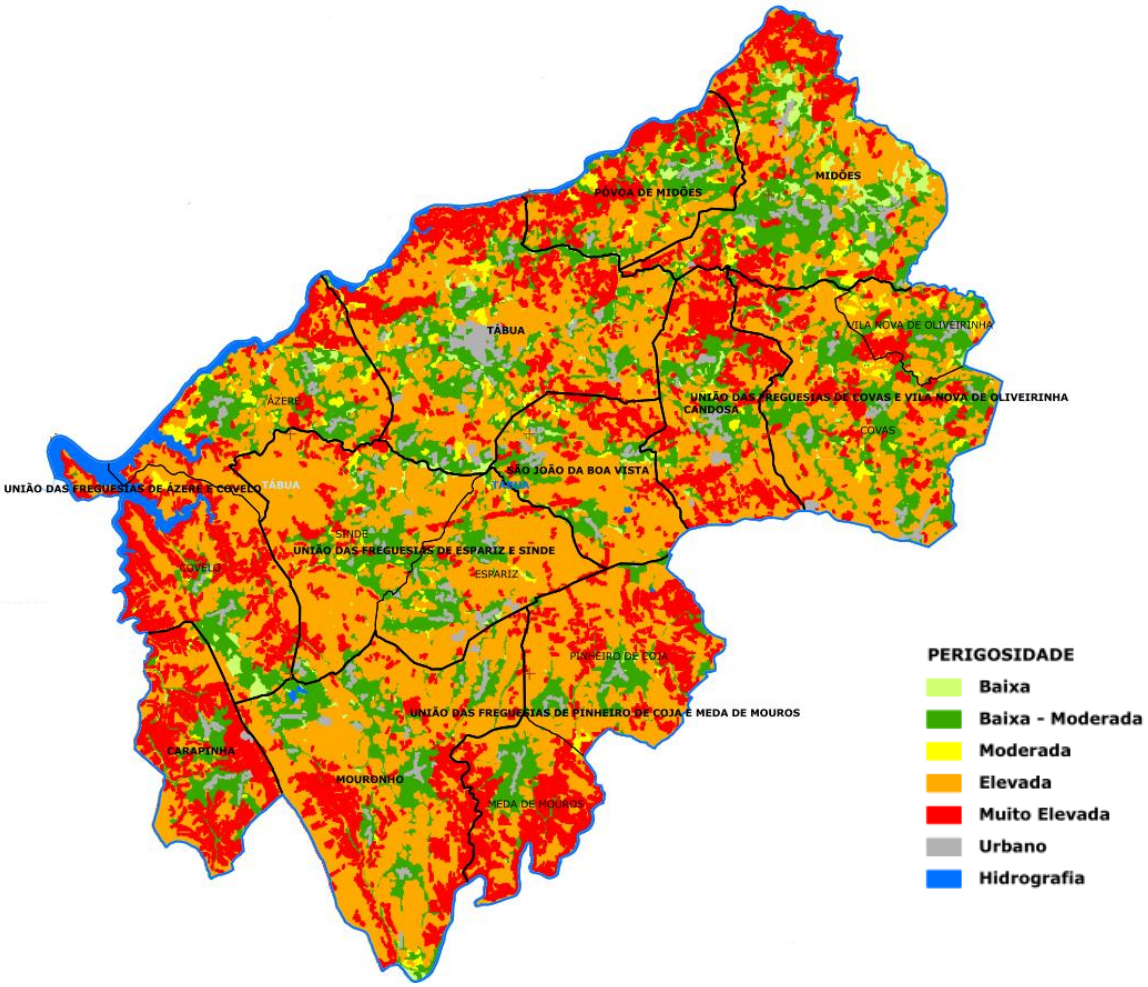

Figura 18. Perigosidade de incêndio

Fonte: PROF-PIN, 2006

Pela análise da figura anterior, verifica-se que a maior parte do território do concelho de Tábua a perigosidade é elevada, verificando-se ainda assim uma parte significativa de perigosidade muito elevada correspondendo essencialmente a áreas dos limites norte, oeste e sul do concelho, correspondendo em muitos casos a zonas de maior declive como aos vales encaixados do rio Mondego e do Alva. A perigosidade Baixa e Moderada ocorre principalmente nas zonas dos aglomerados populacionais.

Observando a figura seguinte, facilmente se perceciona que, apesar de não ter ocorrido incêndios florestais em 2008 e 2009, o concelho têm sido assolados pelos incêndios florestais, registando em 2006 e mais recentemente em 2012 os piores anos em termos de área ardida, atingido particularmente as freguesias de Candosa e Midões, Tábua, Póvoa de Midões e Carapinha, respetivamente.

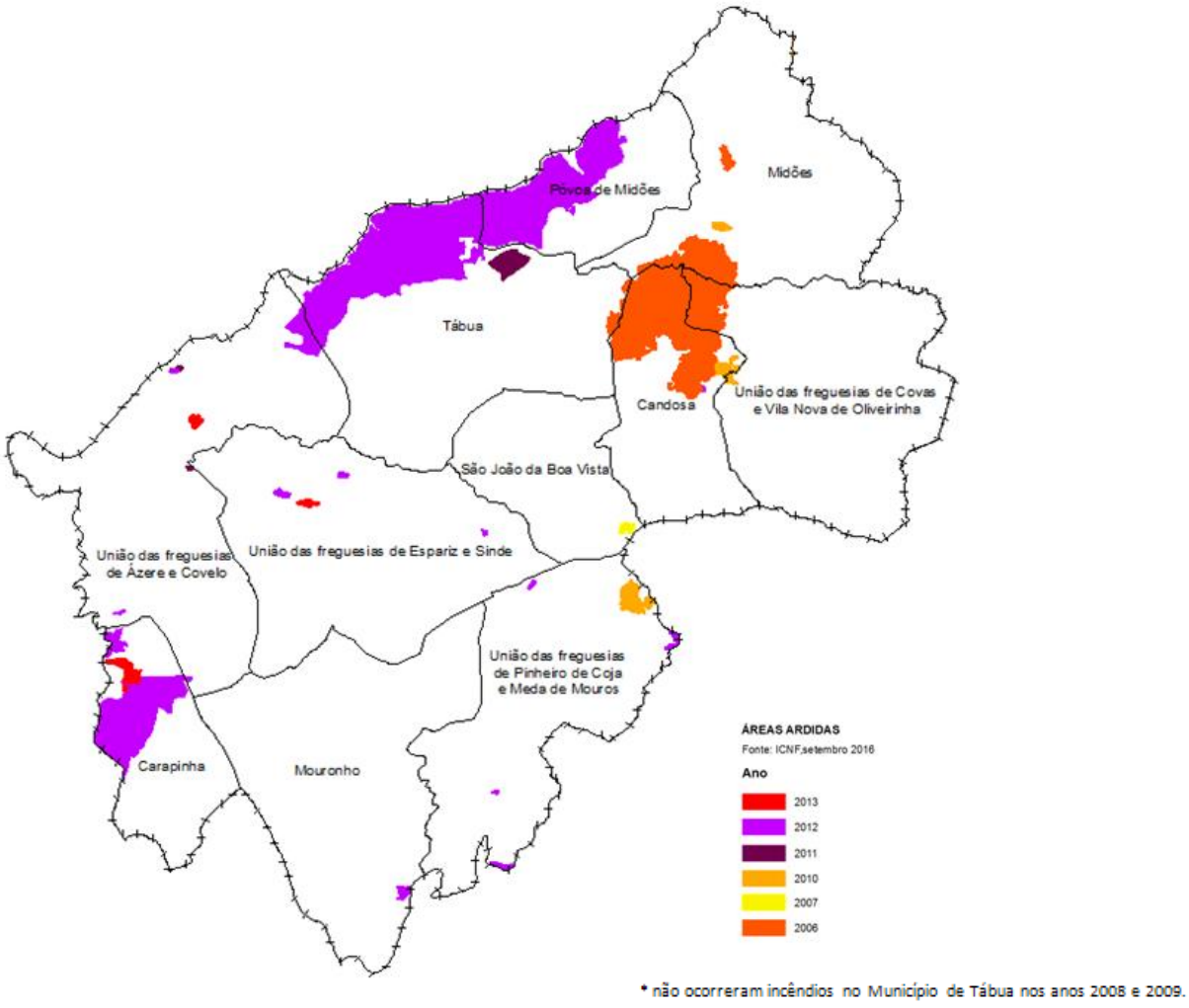

Figura 19. Áreas florestais percorridas por incêndios

Fonte: ICNF, 2016

Ter-se-á que refletir e delinear uma política estratégica e de prevenção e mesmo de sensibilização de modo a que a floresta seja preservada e as suas populações possam usufruir deste bem tão precioso. É necessário, assegurar um conjunto de infraestruturas de apoio, nomeadamente postos de vigia com vigilantes, pontos de água terrestre, ponto de água mistos, ponto e água aéreo. Para além destes equipamentos e apoio, deve haver uma rede estratégica infraestruturas viárias que abranjam todo o concelho, tal como caminhos e aceiros e estradas e caminhos florestais acessíveis aos carros dos bombeiros, ações que se encontram consubstanciadas no PMDFCI de Tábua.

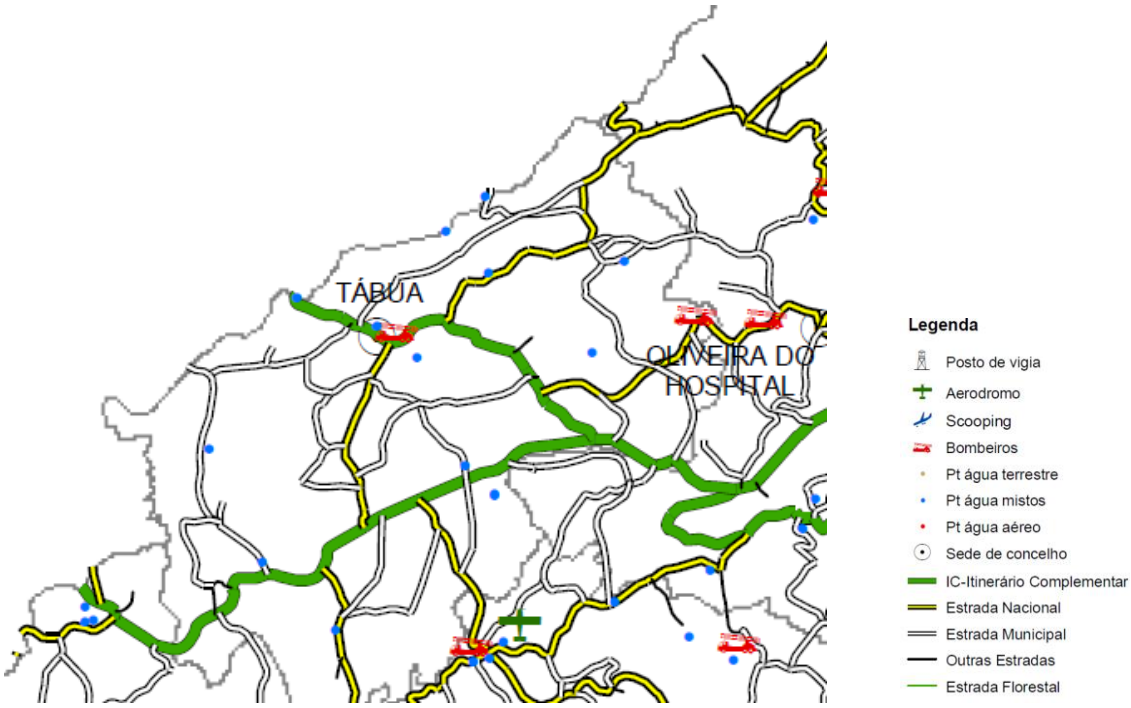

Figura 20. Infraestruturas florestais

Fonte: PROF-PIN, 2006

A política das Florestas deve ser antes de mais preventiva de modo a que não seja, ano após ano, afetada, assim como a população que muito depende da floresta. Esta política deve envolver as diversas entidades da sociedade civil, desde os bombeiros, à proteção civil, as associações florestais, as escolas, e toda a população deverá ser informada e envolvida neste processo. Só assim, tentando sensibilizar as populações para a importância da floresta nas suas vidas e para a de todos, poder-se-ão obter resultados frutíferos.

2. REGULAMENTO PROF-PIN | COMPATIBILIZAÇÃO COM O PDM

Esta complexa relação deve ser gerida, em termos de ordenamento do território, ao nível do Plano Diretor Municipal. Primeiro porque os PDM's são os planos, que fazem a articulação das orientações das políticas nacionais e diretrizes regionais dos PROT com as estratégias de desenvolvimento local, logo é, o local ideal para integrar a questão do uso florestal no contexto mais alargado dos restantes usos. Em segundo, sendo o PROF um plano setorial a discussão ficaria sempre incompleta, não tendo a leitura abrangente que esta temática merece.

Assim cabe aos PROF esclarecer as principais linhas orientadoras, para em sede de PDM, haver uma correta concretização da política florestal em harmonia com os restantes usos e interesses.

Na verdade a concretização destas linhas orientadoras prende-se essencialmente com a definição do modelo de organização territorial, com especial destaque para o modelo de ocupação do espaço, onde se identificará a floresta desejável do ponto de vista da estrutura e composição.

Através do regulamento do PROF-PIN (Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 19 de julho) é possível retirar as principais considerações, as quais serão, sempre que possível, traduzidas no regulamento do Plano Diretor Municipal de Tábua.

A boa gestão e o ordenamento do espaço florestal exigem a compatibilização do PROF-PIN com o PDM, pelo que se procura a articulação deste com este instrumento de ordenamento florestal. As normas do PROF vincularão diretamente todas as entidades públicas e enquadrarão todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados.